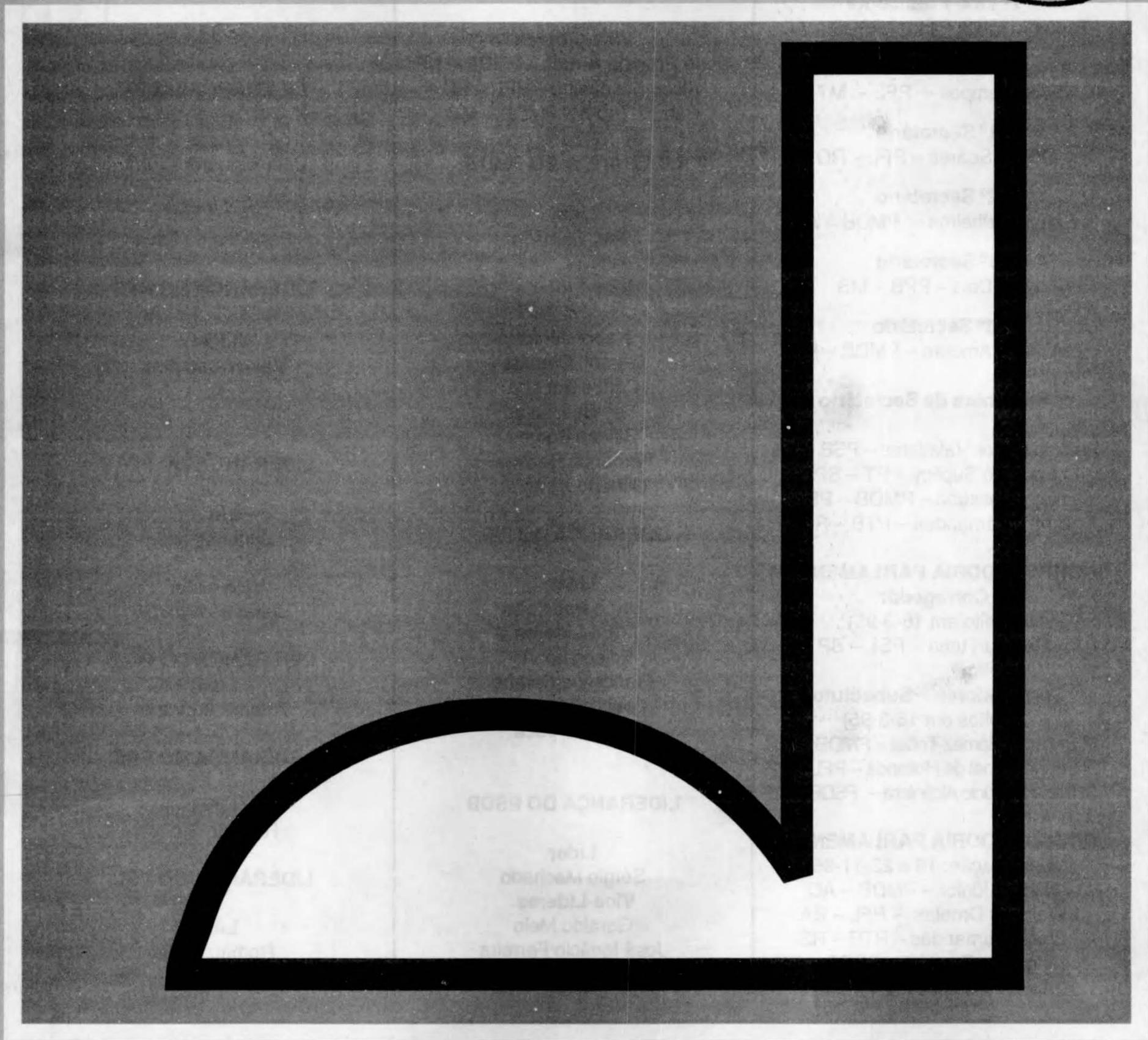
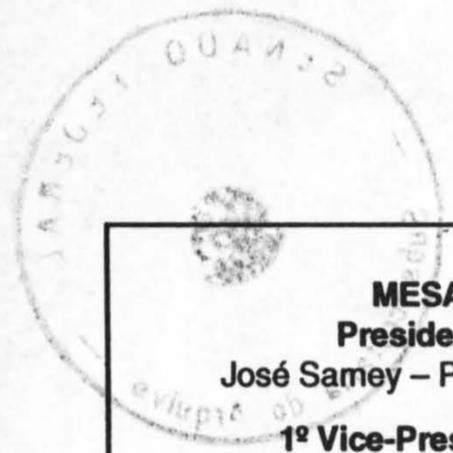




República Federativa do Brasil



# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**MESA****Presidente**

José Sarney – PMDB – AP

**1º Vice-Presidente**

Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

**2º Vice-Presidente**

Júlio Campos – PFL – MT

**1º Secretário**

Odacir Soares – PFL – RO

**2º Secretário**

Renan Calheiros – PMDB – AL

**3º Secretário**

Levy Dias – PPB – MS

**4º Secretário**

Emandes Amorim – PMDB – RO

**Suplentes de Secretário**

Antônio Carlos Valadares – PSB – SE

Eduardo Suplicy – PT – SP

Ney Suassuna – PMDB – PB

Emília Fernandes – PTB – RS

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR****Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PSL – SP

**Corregedores – Substitutos**

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Omelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – PT – DF

**LIDERANÇA DO GOVERNO****Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

**Vice-Líderes**

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Wilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

**LIDERANÇA DO PMDB****Líder**

Jáder Barbalho

**Vice-Líderes**

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

**LIDERANÇA DO PFL****Líder**

Hugo Napoleão

**Vice-Líderes**

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Hollanda

Romero Jucá

**LIDERANÇA DO PSDB****Líder**

Sérgio Machado

**Vice-Líderes**

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

**LIDERANÇA DO PPB****Líder**

Epitácio Cafeteira

**LIDERANÇA DO PT****Líder**

José Eduardo Dutra

**Vice-Líder**

Benedita da Silva

**LIDERANÇA DO PTB****Líder**

Valmir Campelo

**LIDERANÇA DO PDT****Líder**

Júnia Marise

**Vice-Líder**

Sebastião Rocha

**LIDERANÇA DO PSB****Líder**

Ademir Andrade

**LIDERANÇA DO PPS****Líder**

Roberto Freire

**LIDERANÇA DO PSL****Líder**

Romeu Tuma

**EXPEDIENTE**AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral do Senado FederalCLAUDIONOR MOURA NUNES  
Diretor Executivo do CegrafJÚLIO WERNER PEDROSA  
Diretor Industrial do CegrafRAIMUNDO CARREIRO SILVA  
Secretário-Geral da Mesa do Senado FederalMANOEL MENDES ROCHA  
Diretor da Subsecretaria de AtaDENISE ORTEGA DE BAERE  
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**Impresso sob a responsabilidade da  
Presidência do Senado Federal  
(Art. 48, nº 31 RISF)

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 5ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 13 DE JANEIRO DE 1997

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Ofícios do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 2/97, de 9 do corrente, comunicando que o Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 1993 (nº 1.258/88, na Casa de origem), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, foi sancionado e transformado na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996..... 02115

Nº 3/97, de 9 do corrente, comunicando que o Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1993 (nº 2.797/89, na Casa de origem), que altera a alínea "h" do inciso II do art. 61 do Código Penal, foi sancionado e transformado na Lei nº 9.318, de 5 de dezembro de 1996..... 02115

#### 1.2.2 – Comunicação

Do Senador Ronaldo Cunha Lima, referente à reassunção do exercício do seu mandato parlamentar, a partir desta data. .... 02115

#### 1.2.3 – Comunicação da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 50, de 1997 (nº 22/97, na origem), de 6 do corrente, do Presidente da República, encaminhando, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988, o relatório acerca da Retribuição Adicional Variável – RAV, referente ao 1º semestre de 1996. .... 02115

#### 1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR *EDUARDO SUPPLY* – Relatório da visita de S. Ex.ª à África do Sul. Lições que o Brasil poderá aprender com aquele País, especialmente no que concerne à temática da reeleição presidencial..... 02115

SENADOR *MAURO MIRANDA* – Decisões adotadas ontem pelo PMDB em sua convenção nacional, realizada em Brasília. Intromissões externas e a quebra de neutralidade na questão das eleições para as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. .... 02118

SENADOR *CASILDO MALDANER* – Considerações sobre moção contrária à tese da reeleição, aprovada ontem na Convenção Nacional do PMDB, evento este que, no entendimento de sua S. Ex.ª, demonstrou a altivez, a independência e a luta democrática do partido..... 02119

SENADOR *PEDRO SIMON* – Requerimento de convocação do Chanceler e do Embaixador

brasileiro no Peru, para prestar esclarecimentos perante à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o episódio dos reféns na embaixada do Japão no Peru..... 02121

SENADOR *OSMAR DIAS* – Discordâncias de S. Ex.ª com as afirmações da imprensa de que o País parou, tendo em vista o debate da reeleição. Previsões preocupantes relativas ao exorbitante déficit da balança comercial para o ano de 1997. Desestímulo do governo à produção agrícola nacional. .... 02125

#### 1.2.5 – Ofícios

Nº 24/97, de 9 do corrente, do Presidente da Câmara dos Deputados, de substituição de membros do PDT na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. .... 02129

Nº 12/97, de 10 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. .... 02129

Nº 149/97, de 10 do corrente, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. .... 02129

Nº 10/97, de 8 do corrente, da Liderança do PFL no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão de Assuntos Econômicos..... 02129

#### 1.2.6 – Leitura de projeto

Projeto de Resolução nº 1, de 1997, de autoria do Senador Pedro Simon, que institui a sessão administrativa mensal para deliberar sobre matérias que especifica..... 02130

#### 1.2.7 – Requerimentos

Nº 16, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando ao Ministro da Agricultura informações que menciona. .... 02131

Nº 17, de 1997, de autoria do Senador Roberto Requião, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 252, de 1995, cujo prazo encontra-se esgotado naquela comissão..... 02131

#### 1.2.8 – Ofício do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 226/96, de 27 de novembro último, comunicando que a Câmara dos Deputados, em acolhimento à Mensagem nº 1.034, de 25 de outubro de 1996, do Poder Executivo, tornou sem efeito a Mensagem nº 674, de 24 de agosto de

1994, referente ao texto da Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia, em 29 de maio de 1993..... 02132

#### 1.2.9 – Requerimento

Nº 18, de 1997, de autoria do Senador Antônio Carlos Magalhães e outros Srs. Senadores, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento do jornalista José Carlos Bardawill. **Aprovado**, tendo usado da palavra os Srs. Antônio Carlos Magalhães, Bernardo Cabral e Pedro Simon..... 02132

#### 1.2.10 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADORA *MARINA SILVA* – Registrando a matéria publicada pela revista *Veja* desta semana, intitulada "Piratas da Selva", que analisa o processo pelo qual empresas se aproveitam de vácuo legal para patentear plantas e material genético no Brasil. Tramitação no Senado de projeto de lei de sua autoria, que visa regulamentar a convenção da biodiversidade, no que se refere ao acesso aos nossos recursos genéticos e biológicos..... 02134

SENADOR *FRANCISCO ESCÓRCIO* – Preocupações com os diversos problemas que affigem o Distrito Federal, os quais S. Ex.ª tem procurado levar ao conhecimento do País inteiro. Visita do Senador Jefferson Péres a Taguatinga, em atendimento a convite feito por S. Ex.ª, visando conhecer o lado pobre de Brasília..... 02135

SENADOR *LAURO CAMPOS* – Contentamento com a decisão do PMDB, em sua convenção nacional, que impedirá o uso da máquina pública na aprovação da reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Incompreensão de S. Ex.ª com as contradições das manchetes publicadas no jornal *Correio Braziliense*, edições de 9 e 10 de janeiro, intituladas "A legitimidade da reeleição" e "Operação de guerra para aprovar a reeleição". Despotismo do sistema presidencial norte-americano, tido como modelo para os que advogam a reeleição no Brasil. .... 02136

SENADOR *JOSÉ ROBERTO ARRUDA*, como Líder – Homenagens de pesar pelo falecimento do jornalista José Carlos Bardawill. .... 02138

#### 1.2.11 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATO DO DIRETOR GERAL

Nº 18, de 1997 ..... 02141

3 – MESA DIRETORA

4 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

5 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

6 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

TIDOS

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

## Ata da 5ª Sessão Não Deliberativa em 13 de janeiro de 1997

4ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 50ª Legislatura  
Presidência dos Srs.: Jefferson Péres, Francisco Escórcio e Lauro Campos  
(Inicia-se a sessão às 14h30min)

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mauro Miranda, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

### EXPEDIENTE

#### OFÍCIOS

#### DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 2/97, de 9 do corrente, comunicando que o Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 1993 (nº 1.258/88, na Casa de origem), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, foi sancionado e transformado na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e

Nº 3/97, de 9 do corrente, comunicando que o Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1993 (nº 2.797/89, na Casa de origem), que altera a alínea h do inciso II do art. 61 do Código Penal, foi sancionado e transformado na Lei nº 9.318, de 5 de dezembro de 1996.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mauro Miranda.

É lida a seguinte:

### COMUNICAÇÃO

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, expirado nesta data o prazo da minha licença, reassumo hoje o exercício do meu mandato parlamentar.

Sala das Sessões, 13 de janeiro de 1997. –  
**Ronaldo Cunha Lima**, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres) – O expediente lido vai à publicação.

A Presidência recebeu a Mensagem nº 50, de 1997 (nº 22/97, na origem), de 6 do corrente, do Presidente da República, encaminhando, nos termos do

§ 1º do art. 6º da Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988, o relatório acerca da Retribuição Adicional Variável – RAV, referente ao 1º semestre de 1996.

O expediente vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e, em cópia, à Comissão de Fiscalização e Controle.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. S. Exª disporá de vinte minutos.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jefferson Péres, Srªs e Srs. Senadores, no último dia 27 de dezembro de 1996, encaminhei requerimento ao Presidente José Sarney no sentido de solicitar autorização para realizar missão política de interesse parlamentar e cultural na África do Sul, de 28 de dezembro de 1996 a 10 de janeiro de 1997, para visitar as cidades de Joanesburgo, Pretória, Sowetto, Cabo, Porto Elizabeth e outras.

Viajei de automóvel e com a assistência da Embaixada do Brasil. Procurei ter contatos com representantes do Executivo e do Legislativo para conhecer e compreender melhor o importante processo de transformação social por que passa a África do Sul, especialmente após o fim do **apartheid**, o que ocorreu durante o atual Governo do Presidente Nelson Mandela.

Voltei da África do Sul no último dia 10, sexta-feira passada, e gostaria, inicialmente, de agradecer a assistência que a Embaixada do Brasil a mim dispensou, por intermédio do Embaixador Oto Agripino Maia bem como do Ministro Orlando Galveas Oliveira, do Secretário Vilmar Coutinho e do Cônsul do Brasil, Fontinelli, na Cidade do Cabo, que procuraram dar-me toda assistência durante a viagem que fiz, por conta própria, com minha família.

Sr. Presidente, temos muito o que aprender com a África do Sul hoje, pois aquele país tem um paralelo com o Brasil. Como o nosso País, a África do Sul é bastante industrializada e apresenta extraordinários contrastes. Assim como o Brasil, encontra-se entre os países em que há maior disparidade de renda e de riqueza, ainda que sejam diver-

sas as razões que levaram a África do Sul a ser tão desigual e a ter também uma economia dinâmica. Ela possui grandes recursos naturais, na forma de minérios como o ouro e outros, e forte agricultura, além de ter hoje a possibilidade de receber grande número de turistas – há enorme interesse por parte de pessoas em todo o mundo em conhecer as transformações sociais e política lá verificadas. Há, também, na África do Sul belezas naturais formidáveis. É interessante conhecer lugares como o Park Kruger, seus arredores e outros lugares onde se pode observar – de forma bastante preservada, devido ao grande cuidado nesse sentido – animais selvagens como leões, zebras, girafas, macacos, hipopótamos, rinocerontes, elefantes, antílopes e tantos outros, de forma organizada e bastante segura. Para quem não está acostumado a ver isso, é algo extraordinário.

Sr. Presidente, nessa visita à África do Sul, tive o cuidado de ler uma obra extraordinária do Presidente Nelson Mandela, denominada *A Longa Caminhada em Direção à Liberdade – Long Walk to Freedom* –, um livro que eu gostaria de recomendar a todos os membros do Congresso Nacional. Trata-se da história de vida de Nelson Mandela, hoje com 78 anos, que se dedicou inteiramente à luta pela libertação de seu povo, pelo fim do **apartheid**, pela criação de uma sociedade mais justa. Pude ali perceber porque Nelson Mandela é hoje um dos maiores estadistas vivos, uma pessoa tão querida e respeitada em seu país, bem como em todos os países do mundo, inclusive aqui no Brasil, onde foi recebido com grande carinho pelos brasileiros de todos os segmentos.

Interessei-me também por saber a natureza do diálogo entre o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que retribuiu a visita de Nelson Mandela ao Brasil por ocasião de sua posse, e o Presidente Mandela, em novembro último, na África do Sul. Não sei exatamente o teor da conversa que tiveram privadamente. Mas, se o nosso Presidente teve o interesse de perguntar a Nelson Mandela a sua opinião sobre a reeleição, tema que hoje chama a atenção da opinião pública brasileira e do Congresso Nacional, certamente ouviu algo de grande relevância.

Ao fazer uma visita ao Parlamento da África do Sul, encontrei-me com a Senadora Tembeka Gamndana, membro do Congresso Nacional Africano, partido presidido por Nelson Mandela, e depois com o Senador Zimasile Wilton Mkwai, companheiro do Congresso Nacional Africano e pessoa de grande afinidade com o Presidente Nelson Mandela – por 26 anos, Mkwai também permaneceu preso na Ilha Robben, onde Nelson Mandela ficou a maior parte dos seus 27 de prisioneiro.

A Constituição da África do Sul, promulgada pelo Presidente Nelson Mandela em 10 de dezembro de 1996, explicita em seu art. 88, § 2º, que nenhuma pessoa pode exercer a presidência por mais de dois termos. Mas o Senador Zimasile Wilton Mkwai revelou-me que Nelson Mandela, que poderia ser candidato à reeleição, conforme a Constituição, tomou direção em outro sentido. Contou-me o Senador Mkwai que ele e alguns Senadores do Congresso Nacional Africano estavam considerando a hipótese de Mandela, que foi eleito com 80% dos votos e que continua muito querido, ser novamente candidato em 1999, quando termina seu mandato de cinco anos. Imaginaram, considerando que Mandela estará, então, com 80 anos, que poderia exercer a Presidência por um período aproximado de um ano, quando então renunciaria em favor do vice-presidente, que seria de sua total confiança. Mandela chamou Mkwai a Pretória – lembro que a capital do Parlamento da África do Sul é Cape Town, enquanto Pretória é a capital administrativa, onde fica a sede do Executivo – para dizer-lhe que havia pensado muito a respeito do assunto. Lembrou que muitos presidentes e chefes de Estado em outros países africanos haviam feito de tudo para permanecer no poder, vindo depois, em função dessas ações, a se desgastar. Disse, assertivamente, que preferia concluir seu mandato com o povo querendo muito que continuasse.

Em outubro de 1996, Nelson Mandela anunciou publicamente que em dezembro de 1997 deixará seu cargo de presidente do Congresso Nacional africano e que em 1999 concluirá seu mandato de Presidente da África do Sul, não se candidatando à reeleição.

Perguntei à Senadora Tembeka Gamndana, também do CNA, se achava que havia pessoas capazes de suceder Nelson Mandela e realizar um bom trabalho. Ela respondeu que conhecia pelo menos cinco pessoas na África do Sul que poderiam exercer a presidência tão bem ou até melhor do que Nelson Mandela.

Certamente temos muito o que aprender uns com os outros. O Presidente Fernando Henrique Cardoso deveria ouvir com mais atenção as reflexões de Nelson Mandela do que as de Menem ou Fujimori.

Nessas duas últimas semanas, a evolução dos fatos está a comprovar aquilo que muitos dos Srs. Senadores vinham alertando, inclusive V. Ex<sup>a</sup>, Senador Jefferson Péres, que ainda na última sexta-feira, justamente quando eu retornava da viagem – não

dava tempo de chegar em Brasília para a sessão das 9 horas, mas, graças à TV a cabo e à TV Senado, pude acompanhar a sessão e o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> –, mostrava a preocupação com o desgaste do atual Governo e do Presidente da República. Da mesma forma, tantos outros senadores. O Senador Pedro Simon e o Senador Eptacio Cafeteira têm alertado para o desgaste fantástico que começa a ocorrer com o Palácio do Planalto, com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, com as tentativas de estar procurando convencer deputados federais ou senadores por formas que, antes, Sua Excelência mesmo condenava. Por exemplo, quando da Constituição de 1988, quando da definição de duração do mandato do Presidente José Sarney, era Fernando Henrique Cardoso quem escrevia artigos com nomes como É dando que se recebe, condenando práticas como as que agora ele próprio, o seu governo, está a realizar.

Aqui está a lição de Nelson Mandela. O Presidente Nelson Mandela, repito, em outubro passado, ainda que a Constituição, já elaborada nessa época pelos seus deputados e senadores e promulgada, em 10 de dezembro pelo Presidente Nelson Mandela, ainda que defina o direito de reeleição.

Diz o art. 88, § 2º: "Nenhuma pessoa pode exercer a presidência por mais de dois termos". Mas quando alguém é eleito presidente, o período entre essa eleição e a próxima não é visto como um termo; portanto, ali se permite a reeleição. Disse-me o Senador Zimasile Wilton Mkwai, amigo de Nelson Mandela, que em seu diálogo com o Presidente Nelson Mandela, em outubro último, este havia dito que havia considerado candidatar-se novamente em 99, quando completará cinco anos de mandato, mas ponderou e disse ao Senador em questão que tinha observado o comportamento de diversos chefes de estado e presidentes em outras nações africanas – citou inclusive diversos presidentes e chefes de Estado –, mas que não desejava desgastar-se em função dessas ações, preferindo completar meu mandato com o povo querendo muito que ele continuasse.

Essa foi a decisão de Nelson Mandela. Em outubro de 1996, Mandela anunciou publicamente que em dezembro de 1997 deixará a Presidência de seu partido no Congresso Nacional Africano e, em 1999, concluirá o seu mandato, assumindo o compromisso de não se candidatar à reeleição.

**O Sr. Eptacio Cafeteira** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, Senador Eduardo Suplicy?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Com muita honra, Senador Eptacio Cafeteira.

**O Sr. Eptacio Cafeteira** – Nobre Senador Eduardo Suplicy, o Presidente Nelson Mandela é um homem sofrido, aprendeu com o sofrimento, conquistou muita sabedoria e, quando toma uma decisão como essa, sabe que o importante é o que marca a vida das pessoas não é a maneira de entrar, mas a maneira de sair. É preferível sair, deixando saudades no povo, a sair escorraçado pelo povo. Precisa fazer história. Muitos dos defensores da reeleição pensam apenas no atual Presidente, como se a eleição fosse somente para presidente, como se ter um bom presidente fosse tão importante que não pudesse ele sair ou ser substituído. Mas esses mesmos se esquecem de que o preço de uma medida que permita a reeleição é o desmontamento de todo o sistema democrático neste País, levando todos os prefeitos deste Brasil enorme a lutarem pela reeleição e elegerem a mulher, os filhos, enfim, e passarmos a ter um caciquismo desenfreado neste País. É preciso que não se fulanize o processo e que verifiquemos como pode ser dada continuidade ao Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, se acharmos que este é bom. Mas, para isso, não se deve desrespeitar a Constituição, que juramos cumprir e defender. Na realidade, muitos querem continuar rasgando a Constituição. Não sou contrário à reeleição porque o Presidente da República é Fernando Henrique Cardoso, mas por uma questão de princípio. Lembro a V. Ex<sup>a</sup> que fui o único Senador desta Casa a encaminhar contrariamente a votação da CPMF e a expor o motivo de assim proceder. O que aconteceu? Todos votaram favoravelmente à matéria referente à CPMF por que o Ministro que a defendia era Adib Jatene, um homem sério e capaz de resolver aquela situação. Hoje, não é mais Jatene, mas "já tinha"; não está mais no Ministério da Saúde, e a CPMF passa a vigorar a partir de agora. É isso que temos que entender. Temos que lutar por teses e discutir leis que tenham embasamento em teses verdadeiras. Não devemos fulanizar as votações. O defeito do Presidente da República é ouvir maus conselhos. Sua Excelência poderia ouvir, por exemplo, o Senador Jefferson Péres, que agora preside esta sessão, que é seu correligionário, um homem lúcido, entende o que é ética, o que é moral e como se deve proceder. O Presidente da República não deveria ouvir determinados áulicos, que, não tendo vivência política, só pensam em dar a impressão ao Presidente Fernando Henrique Cardoso de que é um imperador e, como tal, pode atropelar a convenção do PPB e, não satisfeito, atropelar também a convenção do PMDB, fazendo tudo da forma

que bem entende. Penso que um mau conselheiro é ruim, principalmente para quem está num cargo como o de Presidente da República. Estou acompanhando o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, muito elucidativo, sobre esse homem que também aprendi a admirar, que é Nelson Mandela.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Epitacio Cafeteira. Suas recomendações deveriam ser melhor ouvidas pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Se os partidos que formam a base governamental querem a continuidade daquilo que hoje representa o Governo Fernando Henrique Cardoso, há muitas pessoas de extraordinárias qualidades que estão na própria base do Governo, a começar pelo Vice-Presidente Maciel e pela plêiade de Governadores, dentre os quais o Governador Tasso Jereissati, Presidente do PSDB, ou o Governador Mário Covas, de São Paulo, e tantos outros.

Fico preocupado de o Presidente, com a sua atitude, estar, inclusive, inibindo tais pessoas de dizer que gostariam de aspirar à Presidência da República, porque o imperador, o príncipe, não admite outro que não ele, como se estivesse dizendo, tal como Fujimori e Menem, que ele é a única pessoa capaz de exercer bem a Presidência neste País de quase 160 milhões de brasileiros.

Diante de um homem extraordinário como Nelson Mandela, será que haveria hoje, na África do Sul, alguém capaz de exercer tão bem a Presidência, de conseguir superar impasses tão importantes e difíceis entre brancos, negros, africanos e indianos ali? Perguntei à Senadora Tembeka Gamndana se ela conhecia pessoas que poderiam exercer a Presidência tão bem quanto Nelson Mandela. Ela me disse que pelo menos cinco pessoas que conhece poderiam ser também tão bons, ela que é do partido, companheira da luta de Nelson Mandela, e que o admira tanto, disse-me que sim, embora a imprensa nem sempre os apresente como tal.

É claro que, entre os brasileiros, há outros capazes também de exercer bem a Presidência como Fernando Henrique Cardoso. Se ele tanta vontade tem de exercer a Presidência, pode até fazê-lo quatro anos depois, de acordo com a Constituição presente. Não precisa desgastar-se, a ponto de realizar aquilo que ele tanto condenava, quando aqui era Senador.

Ah! Presidente Fernando Henrique Cardoso, debruce-se mais sobre as reflexões do grande estadista Nelson Mandela!

**O Sr. Pedro Simon** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Peres) – Senador Pedro Simon, além de o orador ter atrasado cinco minutos, o próximo orador, Senador Mauro Miranda, comunicou-me que tem um compromisso importante a cumprir. Por isso, peço a sua compreensão.

**O Sr. Pedro Simon** - Sr. Presidente, se V. Ex<sup>a</sup> me permite, devo dizer que S. Ex<sup>a</sup> não deve se sentir na obrigação de falar. Se o compromisso for muito importante, aguardamos que S. Ex<sup>a</sup> volte para falar depois.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Sr. Presidente, tenho a quase certeza de que o Senador Pedro Simon irá falar, ocasião em que terei a oportunidade de dialogar com S. Ex<sup>a</sup>, uma vez que tenho a impressão que retomará o assunto da reeleição.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres) – S. Ex<sup>a</sup> está inscrito para falar, Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Por essa razão, Sr. Presidente, embora eu tenha muita honra em ser aparteado por S. Ex<sup>a</sup>, vou obedecer a Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres) – Com a palavra o Senador Mauro Miranda.

**O SR. MAURO MIRANDA** (PMDB/GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, com as decisões tomadas ontem em convenção nacional, o PMDB quis mostrar à Nação que não aceita o papel de cobaia para supostos fatos consumados. Tendo saído recentemente de um pleito eleitoral em que confirmou sua força como maior partido do País, o PMDB não poderia ter outra reação diante dos fatos mais recentes, em que setores localizados do Governo ignoram o nosso poderio político e tentam manipular nossas realidades internas através da guerrilha da contra-informação.

A advertência não poderia ser mais cabal e eloqüente. Quem pagou para ver, viu que o PMDB não estava blefando. E as agressões de fora para dentro serviram para devolver ao partido a sua vocação histórica de unidade. Não me alinho com a tese de que o Presidente Fernando Henrique Cardoso saiu derrotado, porque o apoio à governabilidade será mantido, e acredito até que politicamente Sua Excelência fica fortalecido, uma vez que o horizonte ficou mais claro, mais visível, mais profissional e menos sensível à ação nefasta dos áulicos que distorcem as verdades que são levadas ao Palácio do Planalto.

Com a sensibilidade política que não pode ser negada ao Presidente, Sua Excelência haverá de entender rapidamente que as eleições para as Mesas da Câmara e do Senado são questões de exclu-

sivo interesse interno das duas Casas. As intromissões externas e a quebra da linha de neutralidade, além de antidemocráticas, são desestabilizadoras do equilíbrio natural de forças e de preferências naturais. A legítima tese da reeleição não pode colocar-se acima da independência das instituições democráticas e políticas, e a quebra dos princípios harmônicos da convivência entre os Poderes vai colocar o Presidente sobre o fio da navalha. A política tem suas leis naturais e as imposições artificiais não fazem parte desse universo.

A presença maciça dos Governadores e de todos os grandes líderes nacionais na convenção, realizada ontem pelo PMDB, foi um belo espetáculo de afirmação partidária como não se via há muito tempo neste País. Mostramos um poder de participação entre a cúpula e as bases que não pode deixar qualquer dúvida sobre o que somos e o que queremos. Somos o partido mais forte e queremos respeito, além de participação correspondente a essa força nas decisões nacionais, sem favores de natureza fisiológica. Considero a convenção de ontem e os seus resultados afirmativos como um grande reencontro com o passado e um partido que escreveu a história da redemocratização. Um partido sem medo de fantasmas, fiel às causas populares, comprometido com a democracia e dono de seu próprio destino.

Esse é um registro que julgo importante deixar consignado, como satisfação que devo dar à minha própria consciência.

São as minhas palavras, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres) – Concedo a palavra ao nobre Senador Casildo Maldaner, por 20 minutos, em permuta com o nobre Senador Humberto Lucena.

**O SR. CASILDO MALDANER** (PMDB-SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, dentro da linha que o Senador Mauro Miranda acaba de enfatizar, não poderia deixar passar este momento sem tecer alguns comentários do que foi a 17ª Convenção Nacional do PMDB, do nosso partido, no dia de ontem.

Sr. Presidente, falo muito à vontade sob o resultado da convenção ao anunciar aos companheiros e ao País no final da noite de ontem, porque já havíamos anunciado em nosso Estado, Santa Catarina, que a maioria da delegação viria com a intenção de votar a favor da reeleição em todos os níveis, uma posição que a seccional catarinense já havia tomado no ano passado.

Portanto, falo muito à vontade. Vim de Santa Catarina com os votos do partido a favor da reeleição em todos os níveis, não só para Presidente, mas para Governadores e Prefeitos. Essa a minha posição pessoal e também da maioria esmagadora dos convencionais de Santa Catarina. Apesar de tudo isso, não poderia deixar, neste momento, como Presidente do partido em Santa Catarina, vencido em sua posição ontem na Convenção Nacional, como membro da Executiva Nacional do meu partido, dizer que o que ontem aconteceu foi lindo: uma convenção tão sacudida, em plenas férias gerais, em pleno janeiro, num domingo de praias nas costas do Atlântico, no dia 12 de janeiro, no Planalto Central do Brasil, vindos de todos os recantos deste País, do Oiapoque ao Chuí, os convencionais para cá se deslocaram atendendo ao chamamento da Convenção Nacional do nosso partido.

Aqui chegamos e assistimos a uma convenção anunciada antes, segundo a prévia catarinense, como pacífica pela reeleição em todos os níveis, no dia de ontem. Qual não foi a surpresa, o partido não abriu mão de seus princípios de lutas de há 30 anos e resolveu não curvar-se e dizer que deseja o fortalecimento do PMDB. Esta grande decisão mexeu nos brios de tantos que o fundaram, inclusive, acredito, foi o reencontro para o fortalecimento de diversos partidos políticos deste País. O resultado extraordinário, conforme demonstrou a diferença de votos, revelou que o partido resolve não se curvar. Àqueles mais desavisados, que acreditam haver fisiologismo, mostrou-se que a submissão não reina no PMDB.

Em pleno janeiro, em um domingo, reuniu-se uma convenção com milhares de companheiros, mormente jovens, que vieram em massa dar continuidade a nossa força histórica, dando exemplo a outros para que fortaleçam seus partidos, seguindo uma orientação partidária e mantendo o respeito que se deve ter a sua agremiação.

Creio que essa decisão soberana que, sem tergiversar, sem seguir um caminho previamente determinado, tomaram os membros do PMDB, foi linda. A todos os políticos agradou, sem dúvida, a decisão de ontem, embora não tenha contemplado a vontade de muitos. Mas valeu a pena.

O momento, para muitos, ficou caracterizado como um exemplo de lutas, especialmente para nós membros do PMDB, que participamos de seu passado. Ficou claro que o PMDB é temperado, senão na bigorna da ferraria, na bigorna das lutas democráticas, das lutas difíceis que há muitos anos, desde

seu nascedouro, tem enfrentado. Isso ficou evidenciado, ficou patenteado na Convenção Nacional do nosso PMDB no dia de ontem.

Como Presidente da secção de Santa Catarina e como membro da convenção nacional, eu tinha que fazer esta declaração neste momento de glória. O nosso partido tem caído muitas vezes, mas ficou demonstrado que cai de pé. É bonito isso. O acontecimento de ontem zerou muitas das questões que estavam em pauta.

O partido não se furta ao diálogo, mas quer ser respeitado. Aliás, da sua escola vários partidos políticos nasceram; nela muitos aprenderam a praticar política. A escola do PMDB deu origem ao pluripartidarismo. Por isso, o nosso partido segue firme. Alguns, é claro, já quiseram até tirar o mastro, levar a bandeira do partido, mas ele continua firme segurando-a; a sua bandeira continua tremulando.

Valeu a pena a demonstração da grande convenção, ocorrida no dia de ontem, 12 de janeiro de 1997.

O nosso partido fez história ontem, não há a menor dúvida. Escreveu mais um pedaço da história democrática deste País. Ficou caracterizado que política se faz com altivez, que os diferentes pontos de vista devem ser discutidos com respeito mútuo. Esta é a mensagem que deve ser dada ao País; é mais um exemplo que se dá a todos os partidos políticos, o de que, para serem fortes, precisam ser respeitados.

Foi também mais um alerta. Há questões fundamentais no Congresso Nacional, no País que ainda não foram dirimidas e que devem ter uma certa prevalência.

É preciso que seja assegurada prevalência a temas fundamentais pelos quais a Nação clama. Uma convenção como a que foi realizada, que contou com militantes da costa do Atlântico até a fronteira com os países do ocidente e do Oiapoque ao Chuí, deixa claro que há coisas importantes que a Nação quer ver resolvidas, mas que são deixadas em segundo plano, enquanto questões que não são tão fundamentais são colocadas em primeiro plano.

Tudo isso aflorou na convenção do nosso partido no dia de ontem. Por isso, quero me congratular com as lideranças do nosso partido, embora – repito – a secção de Santa Catarina tenha se manifestado pela aprovação do projeto da reeleição desde já em todos os níveis. No entanto, não há por que, embora vencidos, deixemos de reconhecer o resultado tão extraordinário a que chegou a convenção soberana, altiva do nosso partido no dia de ontem.

Por isso, a congratulação dos militantes de Santa Catarina aos companheiros de todo o País por terem tomado essa decisão soberana, respeitosa, altiva na convenção memorável do dia de ontem.

Essas eram as considerações que queria ver registradas, Sr. Presidente.

**O Sr. Roberto Requião** – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. CASILDO MALDANER** – É com muita honra que ouço o grande representante e ex-Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião.

**O Sr. Roberto Requião** – A decisão do nosso velho MDB de guerra foi brilhante. Se na simples tentativa de implantação institucional da reeleição o Governo Federal procedeu como procedeu, com o Presidente da República e os Ministros convocando e recebendo parlamentares e delegados, com os Governadores, devido as dívidas estaduais, pressionando as suas bancadas; se na simples tentativa de fazer um partido político como o nosso manifestar-se a favor da reeleição numa mudança institucional, o abuso do poder econômico e do poder administrativo do Governo foi tão grande, o poder político do Governo foi tão grande, imagino o que ocorreria na reeleição. O Presidente da República, Senador Maldaner, nomeia e demite. Sua Excelência desestruturou a unidade dos partidos oferecendo Ministérios para determinadas personalidades, determinadas lideranças partidárias. Sem que precisemos citar nomes ou partidos, verificamos que isso está ocorrendo neste momento. Sua Excelência desintegra a oposição com seu poder político e econômico. O PMDB tomou uma atitude. E essa atitude foi uma somatória de circunstâncias dos que votaram contra a reeleição porque acreditam que ela fere de morte a democracia, e aqueles que votaram contra a reeleição acreditam que o sistema presidencial brasileiro, quase imperial, inviabiliza uma disputa democrática para a Presidência da República com a participação do Presidente eleito no exercício do cargo. Acrescente-se também setores que votaram contra a reeleição para aumentar o poder de barganha na negociata com o Governo Federal. Esperemos que a fração parlamentar do PMDB não venha enodoar a decisão dessa convenção tentando negociar o voto com cargos, Ministérios etc. O Presidente da República já ameaçou que vai diminuir a participação do PMDB no Governo. Provavelmente demitirá alguns ascensoristas, diretores de DNER, cargos menores para dar sentido a sua ameaça. Vamos esperar que para o nosso PMDB a questão da reeleição esteja encerrada e que a fração parlamentar do partido se

submeta à decisão partidária e não transforme a decisão da convenção em mercadoria de negócio, traindo a decisão tomada e comercializando o voto no plenário do Senado e da Câmara Federal. O PMDB tem condições de exigir a Presidência do Senado e da Câmara, porque é majoritário nas duas Casas e porque regimentalmente, segundo as tradições do Congresso, tem direito. Que exija essas Presidências baseado na sua força política, nos acordos internos que possa fazer! Mas que não tente inverter a limpeza e a saúde da convenção, comercializando posições e apoios e invertendo na votação congressual a decisão dos convencionais da memorável convenção de ontem! Obrigado, Senador Casildo Maldaner.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, recolho o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Roberto Requião, e quero, para finalizar, frisar que, a meu ver, a convenção do dia de ontem caminhou no sentido do fortalecimento dos partidos políticos no Brasil. Há tempos eu não participava de um movimento desses. Eu tinha até saudades de viver as convenções memoráveis do nosso partido. Ontem, ao final daquele encontro, embora o resultado não tenha sido de acordo com a decisão da maioria dos convencionais de Santa Catarina, senti-me rejuvenescido dentro do partido.

O partido deu uma demonstração, sem dúvida, de que não nasceu em noite de trovoadas para andar assustado. Foi uma demonstração inequívoca de altivez, de independência por parte de um partido cujos convencionais estiveram em igualdade de condições com os de outros partidos políticos. Foi lindo! Foi uma demonstração de civilidade, de democracia, de princípio democrático – repito -, pois não só os "caciques" do partido mas também o "baixo clero" falou. Falou, sim, claro, porque, do Oiapoque ao Chuí, da costa ocidental à costa atlântica, todos aqui vieram, de uma forma ou de outra. De Santa Catarina, por exemplo, veio um ônibus com jovens militantes para participarem da convenção. Vieram todos.

Muitas vezes, a orientação era de um jeito e os participantes se manifestavam contrários. Ontem, às 15 horas, por exemplo, no plenário da Câmara, um companheiro catarinense, contrariando alguns princípios, procurou expor aquilo que pensava, extravasando seus sentimentos. Não há como não seguir essa avalanche, essa derrama de vontade que brota de todos os recantos do Brasil.

Na verdade, ontem, não só "caciques", não só aqueles mais fortes, mais altos, mas também o "baixo clero" – repito – manifestou-se democraticamente na convenção nacional do nosso partido.

Foi uma aula civilizada, onde, em uma época de férias, apesar de as pessoas estarem espalhadas por todos os lados, alguns em praias, outros no campo ou em outros lugares, vieram todos como puderam para manifestar o seu pensamento e extravasar as suas vontades naquela convenção nacional tão importante que ajudou a escrever uma parte da História deste País, sem dúvida.

Essas eram as considerações que tinha que trazer na tarde de hoje, Sr. Presidente, nobres colegas.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres) – Concedo a palavra ao Senador Humberto Lucena. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, por 20 minutos.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB-RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de entrar no assunto principal que me traz a esta tribuna, quero fazer a defesa do requerimento que dei entrada na Comissão de Relações Exteriores convocando para nela vir depor o Chanceler e o Embaixador do Brasil no Peru. Sinceramente, Sr. Presidente, esse é um fato que não consigo entender. Todos os comentários e interpretações que ouvi a respeito são dolorosos, com relação ao nosso País.

Aconteceu algo dramático, cruel, mas que acontece no mundo, que foi o episódio na Embaixada do Japão no Peru: o seqüestro de mais de trezentas pessoas. Formou-se, então, uma comissão de três ou quatro reféns para fazer as negociações entre os seqüestrados e o Governo do Peru, e entre eles estava o Embaixador do Brasil no Peru. Ao serem libertados para fazer os entendimentos, as negociações, o Embaixador do Brasil no Peru, a chamado do Itamaraty, pegou um avião, veio para o Brasil e do Brasil foi para Nova York, para não sei aonde.

Sr. Presidente, li o artigo de Marcelo Rech, "Itamaraty submerge na crise peruana", publicado no **Zero Hora**, e vários artigos nas revistas **Veja** e **Isis**, bem como outras análises que têm sido publicadas. Trata-se de episódio cruel, injusto e incompreensível. Se é verdade que o Itamaraty convocou o Embaixador, S. Ex<sup>a</sup> tem que explicar. Foi um ato inexplicável, de uma grosseria absoluta. Ao ser enviado o fax, encontrava-se Sua Excelência o Senhor Presidente da República ausente de Brasília, no Sul do País, quando então o Chanceler do Itamaraty convocou o nosso Embaixador no Peru, que saiu para cumprir uma missão diplomática referente ao seqüestro. Também lá se encontrava a Cruz Vermelha desempenhando talvez uma de suas missões

mais cruéis, que era a de prestar auxílio às 370 pessoas seqüestradas. E o Embaixador do Brasil foi submetido a um ato de humilhação dessa natureza, dando a entender que fugiu, que aceitou a missão para desaparecer! Juro que não entendo, Sr. Presidente.

O argumento colocado foi o de que enviaram o Embaixador brasileiro porque se tratava da maior e mais importante Nação latino-americana e, portanto, com melhores condições de melhor fazer esse diálogo. E o Embaixador toma o avião e vem para o Brasil, de onde segue para Nova Iorque, não sei bem.

Peço ao Senador Antonio Carlos Magalhães e à Assessoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que examinem meu requerimento, datado do dia 26 de dezembro, para que seja convocado para depor na comissão o Ministro, o Chanceler e o Embaixador do Peru. Pois não há como a nossa comissão fugir de tal explicação. É o mínimo que podemos fazer, como Nação, através da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no Senado, para demonstrar que, se é verdade o que dizem que o Chanceler fez, S. Ex<sup>a</sup> tem a nossa repulsa.

S. Ex<sup>a</sup> é Chanceler, mas não falou em nome da Nação, porque, para a Nação, o Embaixador brasileiro tinha que cumprir sua missão. Era difícil? Era, mas o Itamaraty não é só para as missões bonitas, não é só para usar luvas de pelica, não é só para fazer a interpretação diplomática bonita e elegante. Às vezes, tem gestos difíceis, dramáticos, e aquele até era difícil, mas não tão dramático. Afinal, eles o deixaram sair para intermediar e não sei qual é o perigo, qual é o drama, o que poderia acontecer, o que feria ao Brasil, ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, ao Embaixador do Brasil, que aceitou e que foi solto, o cumprimento da sua missão. S. Ex<sup>a</sup> deveria ter dito: fico preso, fico seqüestrado, não aceito sair. Mas, no momento em que aceitou sair, sua palavra estava empenhada.

Não sei até se a ordem de retomar ao Brasil deveria obrigatoriamente ser seguida, porque a sua honra estava em jogo, e o Ministro das Relações Exteriores colocou em jogo, perante o Brasil, a honra, a dignidade e a palavra do Embaixador. O Sr. Chanceler não tinha autoridade, não tinha o direito de expor, como expos, o nome do Embaixador do Brasil no Peru. O Embaixador do Brasil poderia ter agido de outra forma, poderia ter-se licenciado, já que fora convocado pelo Ministro das Relações Exteriores. Assim, o 1º Secretário assumiria em seu lugar e faria o entendimento para o qual o Embaixador assumira a responsabilidade.

**O Sr. Eduardo Suplicy** – Peço um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador.

**O SR. PEDRO SIMON** – Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup> com o maior prazer, Senador.

**O Sr. Eduardo Suplicy** – Em primeiro lugar, cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pela iniciativa de apresentar requerimento que eu, inclusive, também havia imaginado apresentar perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. No mesmo dia em que V. Ex<sup>a</sup> apresentou o seu requerimento, estávamos ainda em recesso quando encaminhei ofício ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, expondo o quanto avaliava como estranho o comportamento do Embaixador do Brasil no Peru, Sr. Carlos Coutinho Perez, de voltar ao Brasil diante do episódio. Ele havia saído com alguns poucos, a primeira leva de embaixadores libertada pelos guerrilheiros, com a missão...

**O SR. PEDRO SIMON** – Eles não foram liberados; saíram com a missão de fazer a intermediação.

**O Sr. Eduardo Suplicy** – Assim expresso pelas próprias palavras deles, transmitidas pelas emissoras de televisão e rádio aos jornalistas. Ainda que ele tenha explicado que foi o Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, que deu a ordem para vir ao Brasil, esse fato diminuiu o Brasil. Considero inadmissível! O Brasil tem a responsabilidade de procurar compreender em profundidade inclusive das razões pelas quais permanecem conflitos tais como são hoje personagens os guerrilheiros do Tupac Amaru. Por que no México existe o Exército de Libertação Zapatista? Por que existe a ação do Sendero Luminoso e do Movimento Revolucionário Tupac Amaru no Peru? Terá o Governo do Presidente Alberto Fujimori ido a fundo procurar resolver pacífica e democraticamente aquela situação? Hoje, feliz é o Brasil pelo fato de aqui não estar havendo movimentos dessa natureza. Em que pese a extraordinária problemática em que vivemos, ainda podemos protestar e respirar; inclusive, pode haver ações como a do importante Movimento social dos Sem-Terra. Há poucos dias – o Senador Darcy Ribeiro já falou isso aqui –, o eminente economista Celso Furtado, num artigo da revista **Veja**, disse que considera o Movimento dos Sem-Terra o mais importante movimento social deste século no Brasil. Muitas vezes, esse movimento preocupa as autoridades, as quais têm a obrigação de procurar compreendê-lo para resolver a situação. Isso nem sempre está acontecendo no Peru, e, com isso, explodem situações como essa. Caberia ao Brasil estar estudando o assunto e procurando compreender a situação. Naquele dia, a saída do Embaixador do Brasil repre-

sentou um ato de falta de solidariedade e de coragem. Isso precisa ser explicado. Senador Pedro Simon, como V. Ex<sup>a</sup> bem colocou, o Brasil não foi bem representado ali. E se foi por ordem do Ministro Luiz Felipe Lampreia ou do Presidente Fernando Henrique Cardoso, precisamos, sim, argüí-los. Assim, Senador Pedro Simon, considero isso da maior relevância, e, estando presente o Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, S. Ex<sup>a</sup> poderá colocar isso em pauta o quanto antes para que o requerimento de V. Ex<sup>a</sup>, que tem o apoio do Partido dos Trabalhadores – eu já havia, no mesmo dia, conversado com a Senadora Benedita da Silva -, tenha o nosso integral apoio. Gostaria mesmo de subscrevê-lo. Muito obrigado.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** – Darei o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, com o maior prazer.

Senador Eduardo Suplicy, V. Ex<sup>a</sup> aprofundou o debate, eu o respeito. Entretanto, não estou discutindo aqui a questão interna do Peru, como V. Ex<sup>a</sup> colocou, mas que não era o que estava em jogo. O que estava em jogo era o seqüestro na Embaixada do Japão e o fato de o Embaixador do Brasil ter saído numa missão para resolver o problema deles. Os problemas internos do Peru, os movimentos fazem parte de um outro debate. A missão do Embaixador era equacionar uma fórmula de entendimento para que se resolvesse o problema dos seqüestrados.

Com relação ao Presidente da República, digo a V. Ex<sup>a</sup> que Sua Excelência estava no Rio Grande do Sul, passou um dia em Canela e outro em Gramado. A ordem, certamente, não partiu de Sua Excelência. Estava lá, conversei com o Governador Britto, e em nenhum momento se soube que o Presidente Fernando Henrique tenha ordenado a vinda de nosso Chanceler no Peru. Conversei com o Governador do Rio Grande do Sul, Antonio Britto, que no momento do trágico acontecimento, estava com o Presidente da República, ao que eu saiba não partiu do Presidente a ordem e sim do Ministro das Relações Exteriores. Por isso, nobre Presidente Antonio Carlos Magalhães, estou formulando esse pensamento. Deixei na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional uma solicitação para ouvirmos o Embaixador e o Ministro. É muito importante que se esclareça o procedimento do Embaixador brasileiro.

Ouçó o aparte do Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** – Senador Pedro Simon V. Ex<sup>a</sup> aborda um tema de grande interesse para o País e, em particular, para a Comissão de que ambos fazemos parte. Quero apenas dizer, colaborando com o seu discurso, que, no dia 30 de dezembro, apesar de estar em Salvador, fiz chegar uma carta pela Comissão ao Chanceler Lampreia sobre esses acontecimentos a respeito dos quais a Comissão queria tomar conhecimento. Quando voltei agora no dia 7 ou 8, havia uma resposta do Chanceler. A resposta dele parece-me, se não me engano, é de 12 ou de 10... Mandei buscar a carta agora no gabinete para que fosse distribuída entre os membros da Comissão e depois a todos os Parlamentares. Evidentemente é um esclarecimento do Ministro que não invalida, entretanto, o requerimento de V. Ex<sup>a</sup>. De modo que estou às ordens de V. Ex<sup>a</sup> e da Comissão para fazer chegar às suas mãos o requerimento. Todavia, talvez fosse melhor tomar essa providência após V. Ex<sup>a</sup> ler a carta do Ministro. V. Ex<sup>a</sup> poderia, talvez pela leitura da mesma, acrescentar algo aos seus fundamentos no sentido de trazer o Sr. Ministro à Casa, solicitando ainda a S. Ex<sup>a</sup> que esclarecesse alguns pontos da referida carta.

**O SR. PEDRO SIMON** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte e manifesto a minha satisfação.

Creio que, na verdade, talvez até no decorrer desta semana, possamos ouvir, em reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a exposição do Sr. Ministro, a qual julgo mais importante, embora o ideal fosse ouvirmos o Ministro e o Embaixador, a fim de se evitar aquele jogo de "empurra-empurra", em que um diz que foi o outro, etc. Seria interessante que os dois falassem e que tomássemos conhecimento do debate entre os dois.

**O Sr. Romeu Tuma** – Senador Pedro Simon, V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte aqui do fundo, do "baixo clero"?

**O SR. PEDRO SIMON** – Senador, precisamos ter um certo cuidado ao manifestar nossos pensamentos, porque, agora, os trabalhos da Casa estão sendo televisionados. V. Ex<sup>a</sup> pode até pensar que é brincadeira, mas, pelo Brasil afora, há pessoas que nos estão ouvindo falar. E uma das pessoas que está ouvindo V. Ex<sup>a</sup>, que está aí no canto dizendo ser do "baixo clero", pode ficar com uma interrogação. Quero dizer que ali está um Senador que é cardeal, sério, digno e honrado. Em termos de opinião pública, fala-se no "baixo clero" como aqueles que querem vantagens pequenas, para os quais meia dúzia de favores compensa. Não é o caso de V. Ex<sup>a</sup>, que, embora esteja sentado na última fila, é um dos

Senadores mais dignos e sérios desta Casa. Por exemplo, Senador, São Paulo é um Estado que tem seu nome iniciado pela letra "S", mas, em termos de poderio econômico, está entre os primeiros.

**O Sr. Romeu Tuma** – As lideranças normalmente não ocupam as filas posteriores; sempre as anteriores. Desculpe-me a brincadeira. Agradeço o carinho com que V. Ex<sup>a</sup> sempre me trata neste plenário. Acompanhei, Senador Pedro Simon, com muita angústia, desde o primeiro instante, as manifestações do embaixador, que me pareceu psicologicamente bastante abatido ao sair da casa do embaixador japonês. E o pronunciamento de sua esposa, que esteve com ele dois dias antes, como refém, trouxe alguns aspectos angustiantes do seu perfil. Não sou psicólogo, mas, provavelmente pela vivência na polícia, gosto de analisar o perfil das pessoas envolvidas em certas circunstâncias. Então, não sei se isso, além de notícias posteriores de que o próprio Presidente Fujimori não aceitou a intermediação da comissão escolhida pelos membros do MRTA, fez com que o Ministro o repatriasse. Com esse convite de V. Ex<sup>a</sup>, tentaremos equacionar esse problema, porque, realmente, outras pessoas que lá ficaram, embaixadores e ministros de Relações Exteriores de outros países, criticaram fortemente o Brasil, numa hora em que ele precisa assumir a liderança do continente latino-americano. Se eu pudesse ir no estribo do pedido de V. Ex<sup>a</sup> solicitaria que conhecêssemos, também, as providências que o Brasil está tomando com respeito às informações do Embaixador da Geórgia que, embriagado, atropelou e matou uma cidadã brasileira. Na semana passada, conversei com o Presidente da nossa Comissão e solicitei que, se o Ministro comparecer aqui, nos traga alguns esclarecimentos sobre as providências que o Brasil está tomando para dar assistência à família da menina que morreu atropelada por esse diplomata da Geórgia. Muito obrigado.

**O SR. PEDRO SIMON** – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. Com relação ao Peru, estou recebendo, nesse momento, das mãos do Presidente da nossa Comissão, Senador Antonio Carlos Magalhães, a resposta do chanceler a S. Ex<sup>a</sup>. Antecipadamente, já digo que acho muito interessante, independentemente do ofício comunicando o comparecimento de S. Ex<sup>a</sup>, agradeço a gentileza do Presidente Antonio Carlos e falarei com S. Ex<sup>a</sup> logo após a leitura do ofício.

Com relação ao aparte de V. Ex<sup>a</sup>, considero-o da maior importância. Porém, repare que é um lance diplomata de caráter mundial. Não diria rotina, porque seria um termo muito pesado, mas isso aconte-

ce: existem milhares de embaixadores pelo mundo, e acontece de em determinado momento um embaixador se embriagar, dar tiros, etc.; isso acontece. Entretanto, deve haver competência da ONU, da embaixada de entenderem quando o embaixador está agindo como tal e quando está agindo como cidadão. A informação que tenho é a de que o Governo da Geórgia está suspendendo a imunidade desse embaixador para que ele seja julgado nos Estados Unidos. Parece que essa iniciativa está sendo tomada pelo Governo da Geórgia, que sente que há mágoa e revolta nesse incidente que envolveu um embaixador que se embriagou com altas doses de álcool e, em alta velocidade, atropelou uma jovem brasileira de maneira estúpida. Claro que o fato é violento, mas todos devem saber que isso acontece com embaixador, Senador, Deputado, Ministro, seja lá quem for. Lá pelas tantas o cidadão pode beber, guiar e praticar um acidente absurdo como o desse embaixador.

V. Ex<sup>a</sup> tem razão: o Brasil deve procurar saber o que irá acontecer ao Embaixador da Geórgia nos Estados Unidos. Tenho a informação de que o Governo da Geórgia já estaria se antecipando no sentido de determinar sejam suspensas as imunidades diplomáticas desse embaixador para que ele seja julgado nos Estados Unidos e não em seu país, o que, na minha opinião, é o ideal.

De qualquer maneira, Senador, V. Ex<sup>a</sup> traz um assunto da maior importância que também deve ser discutido pela Comissão.

**O Sr. Roberto Requião** – Senador, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** – Sr. Presidente, sei que meu tempo já se esgotou, mas gostaria que V. Ex<sup>a</sup> me desse a oportunidade de conceder o aparte ao nobre Senador Roberto Requião.

**O Sr. Roberto Requião** – Creio que meu aparte será importante para complementar a intervenção do Senador Pedro Simon. Acima de tudo, será um testemunho. Conheci o Embaixador Perez no Japão, ao visitar aquele país como Governador do Paraná. E o testemunho que quero dar é o da presteza e da extraordinária eficiência com que fui atendido, não propriamente dispensadas ao Chefe do Executivo paranaense, mas aos interesses do Estado do Paraná: Sua Excelência nos deu a oportunidade de viabilizar uma série de reuniões com ministros e autoridades japonesas. Destaco que, após termos passado uma tarde inteira discutindo alguns financiamentos no **Eximbank** daquele país e sem chegarmos a termo no encerramento do expediente desse banco, o

Embaixador Perez organizou, rapidamente, uma recepção de trabalho na Embaixada brasileira, prolongando-se até as 3 horas da manhã, o que nos poupou tempo e nos viabilizou a viagem para o dia seguinte e a solução dos problemas que interessavam ao Estado do Paraná.

Conheço o Embaixador Perez como um homem extraordinariamente prático e eficiente. Quanto ao que aconteceu no Peru, não posso dar qualquer testemunho, porque não tenho um conhecimento mais aprofundado sobre essa questão.

**O SR. PEDRO SIMON** - Agradeço o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Roberto Requião, e ao Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Jefferson Péres, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Francisco Escórcio.*

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Escórcio) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias por vinte minutos.

**O SR. OSMAR DIAS** (PR. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, sei que o assunto que domina o debate nesta Casa continua sendo a reeleição, além da Convenção do PMDB, que tomou ontem decisão que pode alterar profundamente o debate referente a esse assunto no Senado e na Câmara dos Deputados.

No entanto, enquanto a imprensa anuncia que o Congresso Nacional paralisa suas atividades para discutir a reeleição, o País não parou. Dizem que o País parou, mas, na verdade, as coisas continuam acontecendo: há aqueles que hoje estão mais preocupados com a falta de emprego para seus filhos do que com a emenda da reeleição; há aqueles que estão preocupados com a produção, com a lavoura que continua crescendo; apesar de o Senado parar para discutir a reeleição, a soja e o milho continuam a crescer, o suíno continua comendo lá na pocilga, a vaca continua dando leite, o País continua andando; inclusive, continuamos contabilizando déficit na balança comercial.

O País não parou e, por isso, tivemos um déficit na balança comercial, em dezembro, de US\$1,5 bilhões, o que não acontecia desde 1983. Em levantamento feito pelo Ministério da Fazenda, concluiu-se que jamais houve déficit na balança comercial, a não ser em 1995. Sei que são contingências e conseqüências da política econômica que estabilizou a moeda, mas que colocou em prática no País uma

taxa de câmbio que todos dizem ser irreal e inibidora das exportações.

A balança comercial foi negativa em dezembro; ao longo de todo o ano acumulou um déficit que chegou à casa dos US\$5,2 bilhões. Mesmo levando-se em conta que as reservas chegam a US\$60 bilhões – isso também me parece um recorde –, é preocupante o fato de estamos seguidamente contabilizando déficits. Para janeiro, a previsão dos economistas – economistas que foram Ministros da Fazenda, ou seja, economistas de renome no País – é que o País vai contabilizar um déficit na balança comercial de US\$2 bilhões. A previsão para 97 é de que o déficit na balança ficará entre US\$8 e US\$12 bilhões de dólares, Sr. Presidente, o que significa quase US\$ 1 bilhão por mês de déficit comercial.

Fiz uma conta e separei a participação do setor da agricultura do movimento da balança comercial. Em 1996, a agricultura exportou US\$12,8 bilhões e importou US\$2,3 bilhões. Portanto, um saldo positivo de US\$10,5 bilhões. Se tirássemos a contribuição do setor da agricultura de toda a atividade econômica do País, o déficit da balança cresceria de US\$5,2 para US\$15,7 bilhões. Isso significa quase 2,5% do PIB nacional que estamos devendo na balança comercial no ano de 1996.

Se há uma constatação de que esse déficit é sucessivo e crescente, é preciso estancá-lo. Não há política de estabilização econômica que possa suportar déficits sucessivos que tragam como conseqüência o desestímulo da atividade produtiva nacional.

O Brasil não pode ignorar aquilo que acontece em outros países como a Argentina, que produziu, nesta safra, 52 milhões de toneladas de grãos, o que significa que aquele país está produzindo 1,5 tonelada por habitante, já que a sua população é de 33,5 milhões de habitantes.

O Brasil, que anuncia com alarde, com festa, uma safra provável de 77,5 milhões de toneladas – um número que, coincidentemente, corresponde à metade da população brasileira, o que nos faz concluir que o Brasil produz 0,5 tonelada de alimentos por habitante – necessita tomar providências, porque está colocando em risco pontos fundamentais para a sociedade brasileira. Em primeiro lugar, está a segurança alimentar.

Há aqueles que anunciam que o consumo de alimentos está subindo, crescendo. Isso é verdade. Tivemos um consumo, em 1994, de 359kg de grãos por habitante. Em 1996, esse consumo cresceu para 377kg; um pequeno aumento. No setor de carnes, houve um aumento do consumo e isso, sem dúvida

alguma, é importante porque estamos falando da maioria da população brasileira que passou a comer mais. Todavia, se medirmos apenas o fato de que as pessoas estão comendo mais e abandonamos as inseguranças que estamos vivendo com o Plano econômico em vigor – aí sim -, vamos analisar que é muito positivo o fato de as pessoas estarem comendo mais; por outro lado, é muito negativo o fato de estarmos colocando em risco esse direito sagrado das pessoas em nosso País. Daqui a pouco vai faltar, sim, comida na mesa dos brasileiros, pois não estamos estimulando o setor produtivo como deveríamos.

Sei que foram tomadas medidas em relação ao estímulo às exportações; tanto que o próprio Senado aprovou a desoneração do ICMS nas exportações. Sr. Presidente, será que isso é tudo? Será que um país com as dimensões do nosso, com um potencial de produção como o nosso, pode se contentar em estimular as exportações com uma medida fiscal e não se preocupar em ter o que exportar? De que adianta termos uma política de exportação que estimule a exportação de produtos primários se não tivermos uma política de incentivo à produção desses produtos primários?

Hoje os jornais publicaram uma previsão da OCDE – Organização para Cooperação de Desenvolvimento Econômico. As 29 nações, as mais desenvolvidas do mundo, que integram essa Organização, chegaram à conclusão de que terão um crescimento positivo para os próximos anos da década – portanto, do século que estamos vendo terminar -, vislumbrando o crescimento dos países industrializados que necessitarão vigorosamente de matéria-prima para transformação e, inclusive, a participação deles próprios na economia globalizada.

É evidente que o Brasil poderia como produtor, nesse momento, candidatar-se a ser o grande fornecedor de matéria-prima para os países industrializados e mais desenvolvidos do mundo. Trata-se de um momento tão auspicioso para os agricultores, para a agricultura brasileira, que não acredito que o Governo brasileiro ainda não tenha enxergado isso.

No ano passado, o Senador Pedro Simon e eu duvidamos, desta tribuna, de que tivesse partido do Ministro da Agricultura a afirmação de que o Brasil não poderia produzir mais do que 80 milhões de toneladas, pois haveria problemas.

O mercado realmente se abrirá nos países industrializados e na Ásia visto que a taxa de crescimento projetada para os próximos anos na Europa Ocidental é de 2,5%; nos Estados Unidos, 2%; no

Japão, 2,8%; nos países da Europa Oriental, 4%; nos tigres da Ásia, 7,5%; na América Latina, 4,5%; no Chile, 6%; e no Brasil, 4%.

E nós que temos a perspectiva de ampliar e muito a produção, não para 80 milhões, que significa uma safra medíocre, vamos ficar comemorando o fato de que a safra vai crescer cinco milhões de toneladas? Crescer em relação a quê? Em relação à safra medíocre que foi colhida em 95 e 96 e que, mesmo tendo a balança comercial da agricultura sido positiva – e não poderia ser diferente, pois isso seria o cúmulo do absurdo –, poderíamos ter evitado a evasão de US\$2,3 bilhões que gastamos para importar?

Já estamos prevendo a importação de grãos porque não se calcula qual o crédito que o Brasil poderia obter nesses mercados, tanto nos países de economia emergente, quanto nos países desenvolvidos e industrializados que – repito – necessitarão da nossa matéria-prima.

**O Sr. Pedro Simon** – V. Ex<sup>a</sup> concede-me um aparte?

**O SR. OSMAR DIAS** – Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Pedro Simon** - Nobre Senador, V. Ex<sup>a</sup> fala como quem entende profundamente do assunto, porque, Secretário da Agricultura no Paraná por dois governos, pôs em prática atividades excepcionais que revolucionaram a agricultura do Paraná e que deveriam servir de paradigma para o que poderia ser feito no Brasil inteiro. Estamos esperando que algo concreto aconteça neste setor. Não tenho dúvidas: se o Presidente Fernando Henrique Cardoso deseja realmente marcar posição neste País, deseja marcar presença na história deste País, deverá olhar para agricultura com seriedade, com profundidade. Já disse desta tribuna uma vez e repito em aparte que V. Ex<sup>a</sup> teve a gentileza de me conceder, que Juscelino Kubitschek disse que, durante seu governo, o Brasil cresceu 50 anos em 5. Na verdade, não sei se foram 50 anos, mas não há como deixar de reconhecer que, em se falando de estradas, de energia, de aço, da construção de Brasília, foi fantástico o desenvolvimento do Brasil no tempo de Juscelino. Quando era Presidente Dr. Jânio Quadros e depois Jango, Juscelino dizia: "O grande erro do meu Governo é que não olhei para a agricultura. A grande bandeira que vou apresentar para minha candidatura nos próximos cinco anos, JK 65, será: vou fazer na agricultura o que fiz no resto do Brasil. A agricultura, no meu Governo, vai crescer 50 anos em cinco". Desgraçadamente, nem Jango, nem Jânio, nem os militares, ninguém, até agora, tocou

nesse assunto; ao contrário, durante vinte anos mantivemos a safra de 50 milhões de toneladas e ficamos contentes quando pulamos para 60 e poucos milhões. Na verdade, a maior reserva de terra agricultável do mundo pode ter na agricultura o seu maior esquema de desenvolvimento. Imagine, meu nobre Senador, se o Governo, que se assustou tanto com a questão do sistema bancário e colocou R\$30 bilhões nos bancos particulares, tivesse resolvido montar um plano para revolucionar a agricultura, porque os agricultores estão falindo e desaparecendo. O País está às vésperas de ser um dos três maiores produtores de automóveis do mundo, com uma produção de um milhão e oitocentos mil veículos. Ao final do século, passaremos a produzir dois milhões e seiscentos mil. Será ótimo, em pouco tempo, triplicaremos a produção de automóveis, mas será muito melhor triplicarmos a produção de alimentos para que o povo não morra de fome, para que haja emprego e para que possamos ser um mercado exportador de comida. Faço justiça a V. Ex<sup>a</sup>, porque, desde que chegou a esta Casa, vem repetindo matematicamente a tese que debate. Não há dúvida de que o Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, como sociólogo, conhece e compreende os grandes problemas da sociedade, sabe que os grandes problemas não estão nos bancos, embora eles também sejam importantes. Os grandes problemas não estão nas grandes empresas, embora também sejam importantes. O problema número um do Brasil é a fome, e o número dois é a saúde. Mas para se chegar ao número dois temos que passar pelo primeiro, pois muita gente não tem saúde porque não come. Minhas felicitações, Senador Osmar Dias. Que bom se o Presidente da República entendesse a profundidade do discurso de V. Ex<sup>a</sup>!

**O SR. OSMAR DIAS** – Muito obrigado, Senador Pedro Simon, pelas palavras generosas e por adicionar essas informações, que são importantes.

Há mais um dado que gostaria de salientar: o Presidente da República conhece muito bem a Argentina, o Chile, os países do Mercosul e inclusive os países da União Européia, que hoje tratam a agricultura como se fosse uma religião. Lá a agricultura é tratada como uma religião, porque eles sabem da importância que tem ela para a segurança alimentar e sobretudo para o nível de empregos do País, porque ela é fornecedora de matéria-prima para um grande complexo de indústrias que se forma em torno das suas atividades.

**O Sr. Pedro Simon** – Desculpe, Senador. Já é atrevimento meu, mas gostaria de dizer a V. Ex<sup>a</sup> o

seguinte: quem manda na economia deste País é São Paulo, quem coordena a economia deste País é São Paulo. Quando São Paulo era o único produtor de café, quando a importância das exportações brasileiras estava no café, era o café que recebia mais atenção do Governo. Até o Governo de Getúlio e durante a ditadura de Getúlio, o que havia de importante era o café e, por causa dele, São Paulo tornou-se enorme pólo de desenvolvimento. Quando os planos da agricultura eram para o café de São Paulo, o Governo bancou. Porém, quando ele passou a ser cultivado no Paraná e em Minas Gerais, o Governo não tomou conhecimento. Que se danassem o Paraná e Minas Gerais! Quando o problema da cana-de-açúcar é em São Paulo, o Governo ajuda. Embora a agricultura de São Paulo seja importante, ela não tem o mesmo significado e o mesmo peso que tem a do resto do Brasil. A Argentina considera a agricultura fundamental e por isso a trata com veneração. Aqui, para o paulista, para a Fiesp, a agricultura é um problema secundário.

**O SR. OSMAR DIAS** – É verdade, Senador Pedro Simon, porque a Argentina, como eu disse, com 33,5 milhões de habitantes, vai ter esse ano, para exportar, 14 milhões de toneladas de soja.

É evidente que o Brasil, que vai fazer crescer na balança comercial a situação da soja, com U\$5 bilhões, poderia estar produzindo muito mais. O programa **Bom Dia Brasil** de ontem mostrou a região de Barreiras, no Estado do Senador Antonio Carlos Magalhães. Se alguém fosse a Barreiras dez anos atrás e dissesse que ali poderia haver um grande centro produtor de soja, de café e de frutas de alta qualidade, ele seria chamado de louco. No entanto, lá, está se desenvolvendo um núcleo agrícola com alta produtividade e alta qualidade para exportação. Muitos gaúchos, muitos paranaenses foram para essa importante região e ao lado de muitos bons baianos estão trabalhando para desenvolvê-la. Essa experiência mostra como nós poderíamos aproveitar – é do próprio Ministério da Agricultura o levantamento – os 130 milhões de hectares de cerrado, que muitos pensam ter baixa produtividade e alto custo. Pelo custo da terra nessas áreas e pelo investimento em calcário e fósforo, poderíamos colocar 130 milhões de hectares só no cerrado para triplicar, como V. Ex<sup>a</sup> disse, a produção, que hoje está centrada em 40 milhões de hectares, em um País de dimensões tão grandes. Nós nos preocupamos, inclusive, com as consequências da Medida Provisória que aprovamos aqui, que dispõe sobre o ITR, porque, se é verdade que há especuladores, se é verdade que há

donos de latifúndios improdutivos que têm que ser punidos, há aqueles que estão, hoje, impossibilitados de produzir porque não têm crédito para colocar calcário e fósforo, que são insumos indispensáveis à produção agrícola, especialmente na região do cerrado.

**O Sr. Pedro Simon** – Nobre Senador, perdoe-me a insistência. É até ridículo atrever-me a pedir aparte a V. Ex<sup>a</sup>, considerando a cultura e conhecimento que V. Ex<sup>a</sup> tem sobre a matéria. Quando Ministro da Agricultura, entreguei ao Governo um plano, fruto de uma viagem feita à Índia, para essa região a que V. Ex<sup>a</sup> está se referindo. Essa região, que pensamos ser árida, miserável, que não tem valor, pode transformar-se em celeiro do Brasil e do mundo. A Califórnia era assim. Essa região da Bahia tem tudo que é necessário para a agricultura: luminosidade, sol praticamente o ano inteiro e água, que é mal distribuída. No momento em que fizerem uma irrigação, no momento em que fizerem lá o que a Índia fez, essa região pode tornar-se igual àquela que já foi irrigada, com três safras por ano e pode ser uma nova Califórnia. Não é preciso gastar a fortuna que alguns estão gastando para fazer a irrigação no Nordeste, na divisa da Bahia com Pernambuco, que é a mais moderna do mundo.

**O SR. OSMAR DIAS** – Essa é feita com dinheiro público.

**O Sr. Pedro Simon** – Nem Israel, nem Inglaterra, nem Estados Unidos, nem a Alemanha têm algo assim tão espetacular. Isso é coisa para milionário. Poderá ser feita uma irrigação como a da Índia, manual, em que o trabalho da mão-de-obra é feito em tanques, praticamente em latas; graças a isso, há quanto tempo não se houve falar em fome na Índia, onde conseguiram terminar com esse problema. Essa região que V. Ex<sup>a</sup> menciona, se houvesse interesse do Governo, poderia transformar-se na maior região agrícola do mundo. Basta querer, basta dar à agricultura 30% do que foi dado ao sistema bancário.

**O SR. OSMAR DIAS** – Senador Pedro Simon, V. Ex<sup>a</sup> tem não só autoridade, como também muito conhecimento sobre o assunto, porque foi Ministro da Agricultura. V. Ex<sup>a</sup> conhece o Brasil e sabe que o que foi feito em Barreiras, por iniciativa de produtores de todo o País – gaúchos, paranaenses, paulistas e baianos que lá investiram -, pode também ser realizado neste grande território de cerrado e de terras férteis também, que podem ser aproveitadas para triplicar a produção agrícola.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. OSMAR DIAS** – Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, com muita satisfação.

**O SR. PRESIDENTE** (Lauro Campos) – Senador Osmar Dias, quero alertar que o tempo de V. Ex<sup>a</sup> já se esgotou há dois minutos.

**O SR. OSMAR DIAS** – Sr. Presidente, aguardo com ansiedade o aparte do Senador Antonio Carlos Magalhães. Se V. Ex<sup>a</sup> me permitir, gostaria de ouvi-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Lauro Campos) – Pois não.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** – Eu me sinto muito feliz quando aparteio V. Ex<sup>a</sup>, porque o considero um dos melhores quadros políticos do Brasil.

**O SR. OSMAR DIAS** – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** – De modo que fico feliz quando V. Ex<sup>a</sup> aborda qualquer tema nesta Casa, porque o faz com a competência que lhe é própria. Quando trata da agricultura e se refere particularmente ao caso baiano, devo dizer que fico confortado, porque o Governo do Estado também participou desse desenvolvimento, levando para lá toda a parte elétrica, 1.300 quilômetros de estradas pavimentadas só nesse período, dando uma infraestrutura básica indispensável para esse desenvolvimento e acolhendo, como não poderia ser de outra forma, gaúchos, catarinenses e paranaenses, que estão se juntando aos baianos e nordestinos para fazer daquela área uma das mais prósperas do Brasil. Hoje, a produção de grãos naquela área é alguma coisa espetacular e pode crescer muito mais, como V. Ex<sup>a</sup> salientou, na medida que o Governo faça os financiamentos que os agricultores pedem e que, com dificuldade, conseguem – quando conseguem. Essa política de crédito está inteiramente aliada ao desenvolvimento da agricultura brasileira e, evidentemente, não existe de uma forma racional em nosso País. De modo que o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, é uma pena que já esteja no fim, merece mais tempo, para que V. Ex<sup>a</sup> possa dissertar, com a sua competência, para todos os seus colegas.

**O SR. OSMAR DIAS** – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Atendendo ao pedido do Presidente, eu poderia encerrar com o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, porque ele é uma prova de que, se houver o apoio institucional do Governo, colocando infraestrutura nessas regiões hoje consideradas aparentemente improdutivas, como disse o Senador Pedro Simon, tais regiões poderão se transformar em grandes centros de produção, como ocorreu com Barreiras, na Bahia, graças à determinação e à coragem, qualidades que, sem dúvida nenhuma, não faltam a V. Ex<sup>a</sup>, que, por isso

mesmo, presente na Bahia, fez com que aquela região pudesse receber essa infra-estrutura.

Tenho pregado que o Brasil não pode continuar vivendo com a discussão de que nos falta apenas uma política de crédito. Falta-nos integração com os outros setores da atividade econômica do País e, inclusive, uma integração no que se refere à visão daqueles que, não tendo nenhuma relação comercial, de negócios, com a agricultura, deveriam passar a entender de uma vez por todas que a agricultura é a base de todas as relações comerciais que ocorrem num país que tem a vocação e a tradição agrícola do nosso. Por isso, vou continuar pregando, desta tribuna, que o Governo brasileiro deve prestar atenção no que tem de patrimônio para desenvolver a produção e naquilo que acontece no contexto mundial neste momento importante de transformações econômicas que o mundo vive, em que se fala em globalização, mas não se analisa em profundidade e não se prepara para a globalização, que pode inclusive nos comer uma parte do mercado, que a duras penas conquistamos ao longo dos anos. Temos exemplos dentro e fora do País. Basta copiá-los. Não consegui discutir este tema, repito, com o Governo, embora tenha demonstrado o Presidente Fernando Henrique muito entusiasmo quando lhe apresentei algumas propostas. Mas, encaminhado a alguns dos seus assessores, vi um total desestímulo e desinteresse pelo tema. Alguns deles retornam a esta Casa, e eu espero que possa debater o assunto com eles, pelo menos aqui no Senado Federal, porque, enquanto estiveram no Governo, não consegui. Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Francisco Escórcio, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lauro Campos.*

**O SR. PRESIDENTE** (Lauro Campos) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

SGM/P 24

Brasília, 9 de janeiro de 1997

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que o Partido Democrático Trabalhista – PDT – indicou os Deputados Serafim Venzon e Fernando Ribas Carli, como titulares, para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fis-

calização, em substituição aos Deputados Leonel Pavan e Sílvio Abreu.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço. **Luís Eduardo**, Presidente.

OF. GLPMDB Nº 12/97

Brasília-DF, 10 de janeiro de 1997

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Casildo Maldaner, como membro titular, em substituição ao Senador Henrique Loyola, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Renovo, na oportunidade, protestos de estima e consideração, Senador **Jader Barbalho**, Líder do PMDB.

OF. PSDB/INº 149/97

Brasília, 10 de janeiro de 1997

Senhor Presidente,

Venho solicitar a Vossa Excelência a gentileza de determinar a substituição do Deputado Firmo de Castro pelo Deputado Raimundo Matos, como membro suplente, na Comissão Mista de Planos, Orçamento Públicos e Fiscalização – 1996.

Atenciosamente, – **José Anibal** – Líder do PSDB.

OF. Nº 10/97 – GLPFL

Brasília, 8 de janeiro de 1997

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a Vossa Excelência as seguintes substituições na Comissão de Assuntos Econômicos:

– do Senador Hugo Napoleão, pelo Senador Carlos Patrocínio, como titular;

– do Senador Jonas Pinheiro pelo Senador Gilberto Miranda, como titular;

– do Senador Edison Lobão, pelo Senador Jonas Pinheiro, como suplente.

Cordialmente, – Senador **Edison Lobão** – Líder do PFL no Senado Federal, em exercício.

**O SR. PRESIDENTE** (Lauro Campos) – Serão feitas as substituições solicitadas

Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1, DE 1997**

**Institui a sessão administrativa mensal para deliberar pelas matérias que especifica.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Acrescentem-se ao art. 154 do Regimento Interno do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 93, de 1970, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, os seguintes dispositivos:

"Art.154 .....

I- .....

II - .....

III - .....

IV - administrativas

§ 1º .....

§ 7º As sessões administrativas serão realizadas, ordinariamente, uma vez por mês, para deliberar sobre:

a) matérias que irão integrar a Ordem do Dia do mês subsequente;

b) viagens de Senador ao exterior;

c) execução de obras em dependências do Senado Federal;

d) organização e funcionamento da Casa e remuneração de seus servidores;

e) orçamento do Senado Federal;

f) outros assuntos, por iniciativa do Presidente, de Líderes ou de, no mínimo, um décimo da composição do Senado.

§ 8º Para cumprimento do disposto no parágrafo anterior, serão observados os seguintes procedimentos:

1 - A Presidência submeterá ao Plenário, propostas de calendário fixando os dias e horários de discussão e votação das matérias a serem incluídas na Ordem do Dia.

2 - A pauta da Ordem do Dia aprovada pelo Plenário, para o mês subsequente, será, imediatamente, publicada no **Diário do Senado Federal** e divulgada no programa radiofônico "A Voz do Brasil", por pelo menos três dias consecutivos.

3 - A Ordem do Dia somente poderá ser alterada por Deliberação do Plenário.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

**Justificação**

O presente Projeto de Resolução objetiva resgatar ao Plenário do Senado Federal a competência para deliberar, previamente, e a cada mês, sobre assuntos de natureza interna. Com esse propósito, é criada a Sessão Administrativa, à feição do que ocorre no Supremo Tribunal Federal, por envolverem, exclusivamente, assuntos **interna corporis**, sobre os quais impõe-se amplo conhecimento e discussão, por parte do Plenário.

Deste modo, permite-se que os Senadores, os servidores e a sociedade em geral tomem conhecimento antecipado sobre os dias e horários em que serão discutidas e votadas matérias de relevante interesse para os destinos do País, sobre quem e como viajará para o exterior, sobre as obras realizadas nas dependências do Senado Federal, salários dos servidores e o funcionamento da Casa, a elaboração e execução de nosso orçamento, enfim, todo e qualquer assunto encaminhado com o entendimento de ser de deliberação interna.

É na plena convicção de contribuir para o aprimoramento e transparência da estrutura funcional desta Casa que apresento e solicito aos meus ilustres pares o apoio a esta proposição.

Sala das Sessões 13 de janeiro de 1997. - Senador **Pedro Simon**.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

RESOLUÇÃO Nº 37, DE 1995

**Altera o Regimento Interno do Senado Federal.**

.....  
Art. 3º O art. do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 154. As sessões do Senado podem ser:

I - deliberativas;

a) ordinárias;

b) extraordinárias;

II - não deliberativas; e

III - especiais.

§ 1º Considera-se sessão ordinária para os efeitos do art. 55, III, da Constituição Federal, aquela realizada de segunda a quinta-feira às 14 horas e 30 minutos e às sextas-feiras às 9 horas, quando houver Ordem do Dia deliberativa previamente designada.

§ 2º As sessões, extraordinárias, com Ordem do Dia própria, realizar-se-ão em ho-

rário diverso do fixado para a sessão ordinária, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 3º O Presidente poderá convocar, para qualquer tempo, sessão extraordinária quando a seu juízo e ouvidas as lideranças partidárias, as circunstâncias o recomendarem ou haja necessidade de deliberação urgente.

§ 4º As sessões, não deliberativas destinam-se a discursos, comunicações, leitura de proposições e outros assuntos de interesse político e parlamentar e realizar-seão sem Ordem do Dia.

§ 5º A sessão especial se realizará exclusivamente para comemoração ou homenagem.

§ 6º A sessão ordinária não se realizará:

I – por falta de número;

II – por deliberação do Senado;

III – quando o seu período de duração coincidir, embora parcialmente, com o de sessão conjunta do Congresso Nacional;

IV – por motivos de força maior, assim considerado pela Presidência."

.....  
**O SR. PRESIDENTE** (Lauro Campos) – O projeto será publicado e, ficará sobre a mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 401, § 1º, do Regimento Interno, a partir de 17 de fevereiro próximo, quando terá início a sua tramitação.

Findo esse prazo, será despachado às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora.

**O SR. PRESIDENTE** (Lauro Campos) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 16, DE 1997**

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura as seguintes informações:

1 – Qual o total dos recursos destinados pelo Departamento Nacional de Cooperativismo e Associativismo (DENACOOOP) para projetos de cooperativismo e associativismo rural nos anos de 1994, 1995 e 1996?

2 – Quanto foi destinado a cada Estado, indicando as entidades beneficiadas?

3 – Qual o total destinado para o Estado de Roraima?

4 – Quais as entidades que receberam verbas do Denacoop naquele Estado, especificando o objetivo dos convênios.

#### **Justificação**

A revista **IstoÉ** denunciou a existência de um esquema no Departamento Nacional de Cooperativismo e Associativismo (DENACOOOP), órgão do Ministério da Agricultura, responsável por um desvio de mais de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais).

O dinheiro do Denacoop destinado a projetos de cooperativismo e associativismo rural, segundo a denúncia da revista, teria sido usado em obras particulares, viagens internacionais, festas de peão boia-deiro e até compra de meias-calças e blazers em butiques de Copacabana.

Informa, ainda, que o Ministério da Agricultura constituiu uma comissão com a finalidade de revisar os convênios, em todo o País, nos últimos três anos.

A comissão, na conclusão dos seus trabalhos, apurou inúmeras irregularidades na utilização do dinheiro público, envolvendo várias entidades.

O Senado Federal, diante da gravidade da denúncia, precisa ter inteiro conhecimento do assunto para poder exercer sua função fiscalizadora do bom emprego do dinheiro público. Este o motivo do presente requerimento de informações.

Sala das Sessões, 13 de janeiro de 1997. –  
**Senador Romero Jucá.**

(À Mesa para decisão.)

**O SR. PRESIDENTE** (Lauro Campos) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

#### **REQUERIMENTO Nº 17, DE 1997**

Requeiro, nos termos do art. 119 do Regimento Interno, a dispensa do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 252, de 1995, cujo prazo naquela comissão já se encontra esgotado e tendo em vista ter sido a matéria despachada a mais de uma comissão.

Sala das Sessões, 13 de janeiro de 1997. –  
**Senador Roberto Requião.**

**O SR. PRESIDENTE** (Lauro Campos) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do disposto no art. 255, inciso II, alínea c, item 5, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

### OFÍCIO

#### DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 226/96, de 27 de novembro último, comunicando que a Câmara dos Deputados, em acolhimento à Mensagem nº 1.034, de 25 de outubro de 1996, do Poder Executivo, tomou sem efeito a Mensagem nº 674, de 24 de agosto de 1994, referente ao texto da Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia, em 29 de maio de 1993.

**O SR. PRESIDENTE** (Lauro Campos) – O expediente que acaba de ser lido será anexado ao processado do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1996, e vai ao Arquivo.

**O SR. PEDRO SIMON** – Sr. Presidente, eu não entendi.

**O SR. PRESIDENTE** (Lauro Campos) – Esclareço ao nobre Senador Pedro Simon que o Presidente da República retirou de tramitação a Mensagem nº 674.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Lauro Campos) – Concedo a palavra a V. Exª.

**O SR. BERNARDO CABRAL** (PFL-AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu pediria a V. Exª que desse conhecimento ao Plenário do que consta na Mensagem nº 674, que foi retirada pelo Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Lauro Campos) – Nobre Senador, a mensagem será lida na íntegra, oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 18, DE 1997

Requeremos, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do jornalista José Carlos Bardawill:

- a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 13 de janeiro de 1997 – **Antonio Carlos Magalhães** – **Bernardo Cabral** – **Romeu Tuma**.

**O SR. PRESIDENTE** (Lauro Campos) – Este requerimento depende de votação, de cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Lauro Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL-BA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo registrar, nesta Casa, o falecimento do jornalista José Carlos Bardawill, que participou ativamente da imprensa em Brasília nos últimos trinta anos.

Sem dúvida nenhuma, foi um dos jornalistas mais atuantes, que tinha gosto pela reportagem e era um repórter por excelência. Pela reportagem trabalhava intensamente e era, na sua especialidade, o jornalista que apresentava o maior número de furos de reportagem na imprensa em Brasília e na **IstoÉ**, revista para a qual trabalhava.

É um dever desta Casa para com aquele que tanto circulou por aqui, mantendo contatos com os Srs. Senadores e com os Deputados, buscando notícias e projetando o nome da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, prestar uma homenagem a este jornalista relativamente moço que deixa o nosso convívio e, entre nós, uma grande saudade pelo trabalho que realizou em defesa das liberdades e, também, da Imprensa brasileira.

Quero consignar o meu pesar e que seja transmitido a sua família e à revista onde trabalhava.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Lauro Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador.

**O SR. BERNARDO CABRAL** (PFL-AM. Para encaminhar o requerimento. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, fui colhido de surpresa pela informação do Senador Antonio Carlos Magalhães quanto ao passamento do jornalista José Carlos Bardawill, a quem conhecia há quase 25 anos.

Seria repetitivo se registrasse aqui as qualidades desse bravo repórter, homem de jornal, uma vez que o Senador Antonio Carlos Magalhães, ainda que em breves palavras, já lhe tinha traçado o perfil.

Sr. Presidente, quero agora registrar um gesto meu, para que conste nos Anais, de agradecimento ao jornalista José Carlos Bardawill. Quando em determinada quadra da minha vida tentavam macular a minha vida pública, José Carlos Bardawill me procurou para desfazer – uma vez que ele conhecia o episódio – a maldade que se pretendia à custa de uma matéria paga; ele o fez com dignidade, com pesquisa, mostrando documento. Isso faz com que hoje, nesta tarde, as pessoas possam sentir que aqueles que são corretos na sua atuação profissional tenham reconhecimento póstumo.

Evidentemente, Sr. Presidente, na vida pública, inclusive na vida de homem de imprensa, é muito difícil que os contemporâneos façam a merecida justiça. Mas essa, ainda que seja tarde, vem no reconhecimento dos póstumos. José Carlos Bardawill, mal teve o seu passamento, já começa, nesta tarde, em menos de 24 horas, a ter o seu reconhecimento.

Associo-me ao requerimento do eminente Senador Antonio Carlos Magalhães para dizer da profunda tristeza com que registro o falecimento desse jornalista.

**O SR. PRESIDENTE** (Lauro Campos) – Para encaminhar o requerimento, concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB-RS. Para encaminhar o requerimento. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, fui surpreendido com o requerimento e recebi um choque com a notícia do falecimento de José Carlos Bardawill. Como todos nós, acompanhei sua doença, seu drama, suas dificuldades e as várias cirurgias que fez em São Paulo; recordo-me do tempo em que andou de bengala, da luta contra a moléstia, da sua capacidade de resistir e da sua vontade de lutar. Nas últimas vezes que o vi, ele estava muito bem. Não faz muito tempo, almoçamos juntos no restaurante do Senado e pude perceber sua satisfação e contentamento. Bardawill, em primeiro lugar, era uma pessoa fantástica: como repórter, quando perseguia uma notícia, ou conseguia a informação que era do seu interesse, ou ele não deixava em paz quem a pudesse fornecer. Na época que estava na **IstoÉ**, era fantástico. Na terça ou na quarta-feira, já estava cobrando a notícia que só seria dada no domingo. Até parecia que a notícia era para o **Repórter Esso**, que iria sair em meia hora; farejava um assunto como ninguém.

Bardawill tinha grande preocupação com a verdade. O que o Senador Bernardo Cabral disse, vi várias vezes. Bardawill era jornalista, sim. Dava a notícia, mas vivia sua missão, torcia, gostava quando as coisas estavam indo bem. Quando via alguém fazer um pronunciamento ou dar uma notícia impor-

tante, vibrava, dizendo: hoje temos festa, grande dia, que coisa boa! Seu comprometimento era com a verdade. Apesar de buscar a notícia e a manchete, sendo um jornalista de uma revista semanal, furando inclusive notícias de jornal diário, nunca fez de um escândalo a razão da sua existência. Nas colunas de Bardawill também existiam muitas notícias boas. Ele apresentava o fato concreto, real, a favor das questões.

Bardawill era um homem que vivia sua profissão, amava-a, sentia-se feliz praticando-a. Foi submetido a uma operação e por isso precisava andar com o auxílio de muletas, arrastando a pema. A revista e o jornal para os quais trabalhava lhe disseram que ele não precisava trabalhar, que tinha um prazo para receber sem trabalhar devido a suas condições de saúde. O médico disse-lhe que era melhor que não trabalhasse, ao que ele respondeu: "Doutor, o que é que o senhor quer de mim? É somente um esforçozinho à toa; se eu ficar parado, o cérebro não vai andar. Para mim, não trabalhar é o mesmo que ficar sem ar".

A profissão de jornalista tem muito a ver com a profissão de político: nem sempre o êxito e a subida são decorrentes da competência e da qualidade. Disse bem o Senador Bernardo Cabral que, ao final, há pessoas que se identificam e são identificadas pelo que são e pelo que representam. Bardawill era um homem de bem, sério, correto, apaixonado pela luta e por sua profissão. Eu tinha nele um grande amigo. Conversávamos longamente e ele me contava os seus problemas, suas dificuldades, suas questões familiares. Confesso que fiquei chocado, pois nas últimas vezes em que soube do Bardawill, não imaginava que ele tivesse problemas ou dificuldades que pudessem levá-lo à morte, sobre a qual fiquei sabendo neste momento.

Trago aqui ao meu querido amigo Bardawill meu carinho, meu afeto, minha admiração e meu respeito. Não há dúvida nenhuma de que perdemos um grande jornalista. Não há dúvida que esta Casa, o Congresso Nacional, onde ele convivia conosco e andava por essas salas e corredores, falando com todos nós, perdeu um grande representante, daqueles que diziam o que acontecia, daqueles cuja pena não tinha dono, não tinha chefe, mas escrevia aquilo que era, aquilo que ele pensava, aquilo que ele achava que era verdade.

Perdeu o jornalismo, perdeu o Congresso Nacional, perdeu a sociedade brasileira. É verdade que muitas vezes nem sempre são as grandes manchetes nem as grandes notícias que acompanham os grandes nomes. Perdemos um grande nome do jornalismo brasileiro.

A ti, meu querido Bardawill, meu abraço, meu afeto, meu carinho e as minhas desculpas, porque, em meio a esse torvelinho, foi agora que soube dessa triste notícia.

**O SR. PRESIDENTE** (Lauro Campos) – A Presidência constata a existência de **quorum** previsto no Inciso III do art. 215 do Regimento Interno.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Lauro Campos) – Em atendimento à solicitação dos nobres Senadores Bernardo Cabral e Pedro Simon, o Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma, procederá à leitura da mensagem presidencial.

É lida a seguinte:

#### MENSAGEM Nº 1.034

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Solicito a Vossas Excelências tomar sem efeito a Mensagem nº 674, de 24 de agosto de 1994, encaminhada em aditamento à de nº 865, de 22 de novembro de 1993, referentes ao texto da Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia, em 29 de maio de 1993.

Brasília, 25 de outubro de 1996. – **Fernando Henrique Cardoso.**

**O SR. PRESIDENTE** (Lauro Campos) – Concedo a palavra à nobre Senadora Marina Silva, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 14, VII, do Regimento Interno.

**A SRA. MARINA SILVA** (PT-AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a revista **Veja** desta semana traz uma matéria intitulada "Piratas da Selva". "Empresas se aproveitam de vácuo legal para patentear plantas e material genético no Brasil". E faz toda uma análise desse processo que vem ocorrendo no País todo, mais particularmente na Amazônia. Eis a matéria:

"Para economizar tempo e dinheiro despendidos em intermináveis pesquisas, indústrias farmacêuticas de grande porte descobriram que sai mais barato deixar que curandeiros indígenas façam o trabalho por elas. É ótimo negócio. Segundo a Shaman Pharmaceuticals, uma multinacional do ramo, os laboratórios tradicionais pesquisam, em média, 10.000 substâncias até encontrar uma que tenha aplicação prática."

Levando-se em conta as indicações do etnoconehecimento, o saber das populações tradicionais, eles têm retorno em pelo menos da metade do material investigado. Continua a matéria:

"Já os países de onde as substâncias originais são retiradas perdem, por ano, uma quantia avaliada em 5,4 bilhões de dólares em **royalties**."

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, faço questão de registrar essa matéria no plenário da Casa, porque, insistentemente, tenho trabalhado essa temática. No ano passado apresentei projeto de lei, do qual é Relator o Senador Osmar Dias, que visa regulamentar a convenção da biodiversidade no que se refere ao acesso aos nossos recursos genéticos e biológicos. Sendo o Brasil um País de megadiversidade, não é de se estranhar que uma das maiores investidas com relação a esse tipo de biopirataria acontece no nosso País. E que os laboratórios, na verdade, burlam a convenção da biodiversidade, que assegura que os países são autônomos no que se refere aos seus recursos biológicos e genéticos e que, para se ter acesso a esses recursos se teria que pagar **royalties**. Esses **royalties** estão na ordem de 3% a 5% do retorno alcançado a partir da descoberta feita.

A matéria alerta para o fato de que várias plantas conhecidas e utilizadas pelos índios, caboclos e caiçaras estão sendo patenteadas. Uma delas, e que é um escândalo, deve chamar a atenção dos Senadores da Amazônia com relação ao Saint-Daime, ahuascar ou jagube, como é conhecido, um alucinógeno utilizado pelos índios dentro de um ritual religioso que foi patenteado por um laboratório norte-americano de forma vergonhosa, pois esse é um conhecimento que é de domínio do saber dessas populações tradicionais.

A matéria coloca um outro exemplo, no que se refere ao quebra-pedra, que foi também patenteado como um remédio para a cura da hepatite e ainda, no Brasil, na Amazônia, a pedra-ume-ká foi patenteada por um laboratório japonês para o tratamento do diabetes, que está rendendo uma cifra enorme para esse laboratório, bem como o patenteamento de uma substância encontrada em rãs que era utilizada por índios da Amazônia como analgésico e que foi patenteada por um laboratório americano e outro italiano, além de tantas outras que estão movimentando, somente na Amazônia, um mercado de mais de 60 milhões de dólares.

Sr. Presidente, se levarmos em consideração que as nossas populações que manuseiam essas

ervas há séculos e até há milênios, com todo esse conhecimento, e não têm nenhum retorno a partir dessas descobertas, deve então o Brasil ter a obrigação assim como esta Casa de acelerar o processo de votação do projeto de lei que está em fase de relatoria, com um empenho muito grande por parte do Senador Osmar Dias. O nobre Relator vem realizando inúmeras audiências públicas, principalmente para introduzir algumas inovações, como a que institui a Convenção da Biodiversidade, da qual o Brasil também é signatário, que é o reconhecimento do saber das populações tradicionais, que, como mencionei anteriormente, tem uma participação muito grande nesse processo de descobertas.

Segundo a matéria, 25% dos medicamentos produzidos no mundo são oriundos de extrato de plantas, e nós sabemos que a grande maioria dessas plantas é indicada por essas populações indígenas.

A matéria veio a calhar, levando-se em consideração o processo de discussão que estamos tendo aqui no Senado com o projeto de lei de minha autoria, que o Senador Osmar Dias está relatando, o qual tem recebido uma grande colaboração da comunidade científica, dos representantes de ONGs e também do Poder Executivo, que constituiu uma comissão para apresentar sugestões ao projeto de lei.

Fiz questão de redigir esse registro, Sr. Presidente, porque considero instrumento fundamental para que possamos proteger os nossos recursos biológicos e genéticos, pois, segundo o professor Frederico Arruda, da Universidade Federal do Amazonas, 20 mil extratos de plantas são retirados da Amazônia anualmente, sem que o Brasil tenha qualquer tipo de controle referente à saída desses materiais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Lauro Campos) – Concedo a palavra o Senador Ademir Andrade. (Pausa)

Concedo a palavra o Senador Romero Jucá. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Francisco Escórcio.

V. Exª dispõe de vinte minutos.

**O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO** (PFL-MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trago à Casa uma preocupação já antiga. Vejo que a maioria de meus colegas chegam a Brasília e vêm direto do aeroporto para o Plano Piloto, planejado, bonito, um local onde todos gostaríamos de viver.

Ocorre que a Capital da República não é apenas a parte bonita que vemos. Há a capital da República dos ricos e a capital da República dos pobres.

Tenho feito um esforço muito grande para chamar a atenção da população do País inteiro para o que representa Brasília para o Brasil. Outro dia, atentamente, ouvia a brilhante exposição do Senador Lauro Campos, quando S. Exª falava sobre as tetas de Roma, as tetas das lobas. Dizia também, com muita sabedoria, das tetas do Governo.

Ora, vejamos. Quando vamos buscar nas tetas do Governo os recursos para o Distrito Federal – pois é basicamente das tetas do Governo que vêm esses recursos – estamos diante de uma Brasília espetacular, sem problemas, que paga em dia os proventos dos funcionários públicos, que paga em dia a antecipação de férias. Mas Brasília foi crescendo e foram crescendo os seus problemas – para os quais, aliás, tenho chamado a atenção desta Casa.

O Governo do Distrito Federal já não tem mais condições de pagar em dia o salário dos funcionários públicos; o pagamento do 13º e da antecipação de férias estão atrasados. Há problemas de todas as ordens.

Ontem tive a satisfação de convidar o nobre Senador Jefferson Péres a conhecer a outra Brasília. S. Exa. foi comigo a Taguatinga e viu, no caminho daqui para lá e de lá para cá, ao passarmos por algumas cidades satélites, a parte pobre de Brasília, a parte para a qual chamo a atenção do Brasil inteiro.

Brasília foi planejada para ser a Capital da República.

**O Sr. Jefferson Péres** - Senador Francisco Escórcio, V. Exª me permite um aparte?

**O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO** – Concedo o aparte a V. Exª, nobre Senador Jefferson Péres.

**O Sr. Jefferson Péres** – Senador Francisco Escórcio, ontem, atendendo ao reiterado convite de V. Exª, percorri uma parte do entorno do Plano Piloto. Confesso que, tão logo V. Exª apresentou seu projeto de criação de um Estado desmembrado do Distrito Federal e acrescido de partes de Goiás, pareceu-me, à primeira vista, inviável, senão mesmo absurdo. Agora, tomo conhecimento da situação, do visto da periferia do Plano Piloto e de informações estatísticas a respeito dos gastos crescentes com a manutenção do Distrito Federal, ao mesmo tempo em que vejo o estado de abandono de algumas dessas cidades-satélites. Não se veja aqui nenhuma crítica ao atual Governo. Seria até deselegante de minha parte criticar o Governo de Brasília, uma vez que brasiliense não sou. Estou apenas tentando focalizar o problema que se está criando em Brasília enquanto Capital Federal, e esse é problema de todos os brasileiros. Quanto aos problemas internos e

políticos da cidade, nesses não vou me envolver. Mas ao ver o estado de abandono daquelas cidades verifica-se que, em primeiro lugar, Brasília está se tomando um sorvedouro de verbas federais. Ao que estou informado, são mais de vinte mil policiais, incluídos os bombeiros, que formam o contingente da força pública. É isso Senador?

**O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO** – São vinte e seis mil homens.

**O Sr. Jefferson Péres** – As cidades-satélites, algumas delas, como Taguatinga, são maiores do que algumas capitais. Não estão impossibilitadas de criar atividades industriais que gerariam emprego e renda. São contribuintes de Imposto Predial e de serviços, que são aplicados talvez no Plano Piloto, sem retorno para as cidades satélites. Há um fluxo de migrantes para cá – vi aquela favela chamada Estrutural. Pergunto-me que futuro tem a longo prazo o Distrito Federal tal como é hoje. Creio que esse problema vai se avolumar, tornando-se insolúvel. Tão logo o metrô seja inaugurado – se for –, essa massa crescente de excluídos vai ter acesso mais rápido para cá e inevitavelmente a criminalidade, a mendicância e outros problemas sociais vão se agravar muito. Brasília não foi criada para isso, mas foi planejada para ser uma cidade eminentemente administrativa. Sugere-se, então, a separação do Plano Piloto, como Capital da República, mantido pelo Governo Federal, de outras cidades que compõem o Distrito Federal, que têm autonomia política e administrativa, contando com a possibilidade de gerar indústrias que possam realmente absorver essa mão-de-obra crescente. Se essa não for a solução ideal, pelo menos é digna de estudos e merece ser debatida com toda seriedade. Esse é o aparte que eu lhe devia, Senador Francisco Escórcio.

**O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO** – Senador Jefferson Péres, o aparte de V. Ex<sup>a</sup> muito contribui para o meu discurso.

V. Ex<sup>a</sup> falou a respeito da invasão da Via Estrutural. Mandei tirar algumas fotos. Talvez as pessoas que aqui se encontram estejam pensando que Brasília é esta maravilha do Plano Piloto. Isso não é verdade. Hoje, Brasília é uma cidade bem problemática. Tivemos oportunidade de verificar que na Via Estrutural as pessoas estão se abastecendo de água da maneira mais rudimentar possível. Isso ocorre bem debaixo dos olhos do Governo Federal.

Em Brasília há cerca de dezenove administrações. Não há prefeituras. Tenho aqui a fotografia da administração de uma cidade-satélite, Recanto das Emas, cuja sede é muito pobre. E olhem o contraste: a administração do Lago Sul é uma verdadeira ma-

ravilha da natureza. Chego a dizer que, no Norte e no Nordeste brasileiros, talvez não tenhamos uma edificação desse tipo para abrigar nem a sede do Governo, enquanto aqui temos uma edificação de Primeiro Mundo, não para abrigar uma prefeitura, mas uma administração, sendo o administrador nomeado pelo Governador.

Mas não fica por aí. Olhem os contrastes: nessas administrações não temos condições de escolher pelo voto os representantes da localidade, são todos nomeados.

Vejam o que acontece na administração do Lago Sul – não a tomei por base por ter algo contra essa localidade. Só para exemplificar, ela possui 66 funcionários, sendo 32 comissionados e 34 cedidos, cujos salários variam de R\$2.124,00 a R\$306,00. O salário dos administradores é de R\$5.700,00.

Aproveito a oportunidade para convidar todos os Senadores, inclusive o nosso querido Senador Pedro Simon, um batalhador incansável nesta Casa, para conhecer mais de perto o que é Brasília. Quero levá-los à Brasília pobre. Que S. Ex<sup>a</sup> faça tal qual o Senador Jefferson Péres, que foi ver de perto a situação. Não afirmo que o meu projeto é o melhor; quero colocar Brasília em discussão. Que me perdoe o nobre Senador desta terra, Lauro Campos, mas, ao chegar a esta Casa fui saudado de maneira brilhante pelo Senador Valmir Campelo Bezerra, que, por saber ser eu um morador daqui, que tenho empresas nesta cidade e que tenho um passado firme nesta terra, S. Ex<sup>a</sup> me chamava a atenção da minha responsabilidade para com Brasília.

Não quero ser inoportuno, mas quero chamar a atenção do Brasil dos brasileiros para a Capital da República. E ao fazer esta afirmação, encerro o meu pronunciamento.

*Durante o discurso do Sr. Francisco Escórcio, o Sr. Lauro Campos, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jefferson Péres.*

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres) – Concedo a palavra, por vinte minutos, ao Senador Lauro Campos.

**O SR. LAURO CAMPOS** (PT-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Casildo Maldaner ocupou a tribuna do Senado, nesta tarde, para manifestar a sua alegria, o seu contentamento com os resultados da convenção do PMDB, realizada ontem, aqui na Capital Federal.

Eu também senti – evidentemente em menor escala, por estar mais distanciado da sua agremia-

ção política – o contentamento, a alegria em ver que a máquina administrativa, a máquina do poder não será utilizada para permitir que empresas estatais financiem uma propaganda direta ou subliminar em relação à aprovação da reeleição do Presidente da República.

O ex-Deputado Maurílio Ferreira Lima há muito tempo vem confessando que colocará as 49 emissoras pertencentes ao conglomerado das comunicações oficiais a serviço da reeleição de Fernando Henrique Cardoso. Diz esse dirigente da mais importante rede de emissoras estatais da América Latina que ele "deflagrará uma guerra televisiva numa guerra radiofônica para fazer com que a reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso seja vitoriosa". E diz mais: "Quem não tem competência saia da raia". Ele tem a competência de dirigir empresas públicas brasileiras e, ao invés de divulgar a cultura, ele quer restabelecer no Brasil uma batalha campal em que, no lugar dos antigos jagunços, o Governo se valha da moderna mídia.

Portanto, a todo momento estamos encontrando esse Estado despótico, simpático, desumano, que gastou na questão da reforma agrária apenas 11% dos recursos destinados a esse grave problema brasileiro, conforme denúncia feita pela imprensa neste País. Isso quer dizer que não apenas a infância teve seus recursos economizados. O social não tem vez, mas as eleições, estas, sim, tiveram, até o processo da reeleição, o dom de fazer com que Sua Excelência o Senhor Presidente da República reduzisse o ritmo de suas viagens ao exterior. Tamanha a importância que concede a si e aos seus propósitos continuístas que deixou de viajar para o exterior, o que não deixa de ser uma consequência, talvez a única, positiva desse processo de reeleição.

O que tem acontecido com a imprensa nacional é inédito. Moro em Brasília há 36 anos e, com exceção do período que passei no exterior, de forma obrigatória, leio jornal diariamente e noto com satisfação que o órgão dos Diários Associados tem progredido muito, melhorado muito em praticamente todas as suas colunas, em todos os setores informativos.

Nesses 36 anos nunca tinha visto um editorial de primeira página que ocupa, transversalmente, sua parte superior. Ao longo de 36 anos, como leitor deste jornal, nunca vi isso! E a que se deve tamanho destaque? Essa matéria trata da legitimidade da reeleição que, discrepando um pouco do seu estilo em editoriais, tece uma série de considerações infundadas e mal fundamentadas, procurando justificar a tese da reeleição, idéia à qual o próprio Presidente

Fernando Henrique Cardoso era desfavorável há tão pouco tempo, conforme sua suplente, Senadora Eva Blay, que votou contra esse objetivo exclusivo e ambicioso do Presidente da República.

O PMDB mostrou ser um Partido consciente e de grande responsabilidade histórica, sem se deixar embair pela campanha e pelas benesses do tomalá-dá-cá que, como todos sabemos, serviria para o cumprimento do desiderato maior do Chefe do Executivo Federal.

Diz o editorial, entre outras coisas, que "a tese é legítima e não pode ser avaliada sob a inspiração de casuísmos e interesses menores, expressos em argumentos cabotinos e inconsistentes, que admitem a reeleição como princípio, mas que pretendem dela excluir o atual Presidente da República. Por quê?" Sim, realmente foi casuístico, quando era candidato a Presidente da República Luiz Ignácio Lula da Silva, esses casuísmos de reduzir o mandato de cinco para quatro anos, de ameaçar com um sistema Parlamentarista, que transformaria Lula, caso vitorioso, numa rainha da Inglaterra, tendo ação apenas como Presidente da República, mas não como administrador, Presidente da administração brasileira, como Primeiro Ministro, podemos dizer.

Aqui, entre outras coisas, se afirma que deveríamos seguir o exemplo de outros países e que "a adoção do princípio reeletivo favorece o amadurecimento de nossa democracia e o aperfeiçoamento das instituições".

Que saudade de Getúlio Vargas! Será que é preciso continuar dando curso a um programa de governo que, como nós todos estamos vendo, tem trazido o desemprego crescente, falências em ascensão e faz com que o Brasil continue colocado como o País, de acordo com a ONU, de mais desigual repartição de renda do mundo?

O **Correio Braziliense** do dia 9 de janeiro defende a legitimidade da reeleição. No dia seguinte, o mesmo jornal, em sua manchete de primeira página publica: "Operação de guerra para aprovar reeleição". Operação de guerra para aprovar reeleição! Ora, se o governo considera que a sua proposição é legítima, que ele pode muito bem deixar que desta vez pelo menos o Congresso Nacional se manifeste de forma livre, no dia seguinte, verifica-se a confissão de que uma operação de guerra para aprovar a reeleição está em andamento. Portanto, em completo conflito com o editorial da véspera.

Publicou, no dia seguinte, o **Correio Braziliense**:

"Vale tudo ou quase tudo. Para garantir a aprovação da emenda da reeleição de

Presidente da República na Câmara dos Deputados o Governo não vai economizar esforços nem recursos."

E é legítimo isso. É revoltante. Como é possível, sem ferir a linha do jornal, que num editorial se apresente com esses argumentos, que anteriormente foram jogados por terra, desmentidos da manchete e no noticiário de primeira página do dia seguinte?

"A ordem é atender a pedidos razoáveis dos rebeldes, conquistar o apoio dos indecisos e contar com todos os 513 Deputados Federais em Brasília no dia da votação. Ninguém pode faltar", diz o Líder do Governo na Câmara, Deputado Benito Gama.

Pois bem, se esse processo é legítimo, realmente não há como defender a legitimidade neste País.

Gostaria de me referir a outro argumento, não o argumento do poder da mídia, do poder da convicção, mas o argumento que estampa as manchetes dos jornais, que invade os meios de comunicação – a televisão e os rádios – e que assume os mais inconfessáveis caminhos para conquistar os votos necessários à continuidade do Presidente da República, que, se neste momento inicial pretende apenas o direito de se candidatar sem se desincompatibilizar, sem deixar a Presidência da República, imagine-se o que acontecerá nas eleições próximas, quando o Sr. Fernando Henrique Cardoso não pleitear apenas o direito à candidatura, mas for o candidato à reeleição, colocando todo o aparelho de Estado, toda a força do Poder, todas as agências de um Governo despótico e centralizado, como é o presidencialismo brasileiro, a serviço de sua vitória eleitoral.

Dizem também que os Estados Unidos constituem um exemplo, porque o presidencialismo norte-americano admite a reeleição. Quanto a isso, não há dúvida. O Presidente Roosevelt, eleito em 1933, foi reeleito mais três vezes e morreu no princípio do seu quarto mandato. Mas os Estados Unidos não são exemplo para ninguém em matéria de governo democrático, em matéria de relações respeitadas para com o resto do mundo e de relações internas capazes de fazer com que as eleições manifestem realmente a vontade livre dos cidadãos norte-americanos.

Gostaria de ler um trecho a respeito do sistema norte-americano, de seu despotismo interno, escrito por Ernest Hamblock, intitulado **Sua Majestade, O Presidente**. O autor desse livro foi, durante 25 anos, cônsul inglês no Rio de Janeiro e, obviamente, acompanhou e sabe muito bem de confissões como, por exemplo, do Presidente Franklin Roosevelt, que

afirmou, em livro intitulado **Os mil primeiros dias**, escrito pelo seu secretário, que estava fazendo nos Estados Unidos o mesmo que Hitler estava fazendo na Alemanha e Stalin, na União Soviética. Portanto, se suas majestades, presidentes das Repúblicas, nesse sistema presidencialista despótico, podem se igualar e confessar que estão fazendo a mesma coisa que Hitler e Stalin, então, obviamente, não devemos seguir o exemplo desses governos que passaram de três estados da independência para as 50 estrelas que hoje compõem o imperialismo norte-americano.

A lei Helms-Burton mostra que cada vez mais o poderio dos Estados Unidos e de seu governo presidencialista transbordou das fronteiras nacionais e que aquele país pretende influenciar e continuar influenciando nas principais decisões de todos os estados nacionais. É um país que, em sua ânsia de expansão, transformou-se na maior potência imperialista do mundo, de acordo com o autor que acabei de citar.

"O imperialismo raramente é consciente, a atitude é politicamente um defeito do regime presidencialista, que, em matéria de governo, contribui para uma autocracia ríspida e irresponsável, porque a administração pública, debaixo desse sistema, está indissoluvelmente ligada às maquinações dos grupos de líderes de um mesmo partido". E vai desafiando a série de medidas emanadas dos Estados Unidos, esse regime presidencialista que passou a admitir apenas uma reeleição no mandato de quatro anos, a partir da experiência com o Presidente Roosevelt, que ali permaneceu mais tempo do que Hitler permaneceu no governo da Alemanha.

Portanto, devemos procurar outros exemplos para seguir. Exemplos de países em que a democracia já avançou mais; talvez mesmo a de um país estrangeiro, de tão longa, antiga e aprofundada é a sua democracia. Liechtenstein é um pequeno país onde o presidente da República, em vez de ser eleito dessa forma grosseira e degradante, é escolhido por meio de sorteio entre todos os cidadãos maiores existentes naquela república realmente democrática.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, como Líder, por cinco minutos.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** (PSDB-DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de registrar nesta sessão, de forma comovida, o passamento do jornalista

José Carlos Bardawill. Tive o privilégio de conviver com Bardawill durante alguns anos e de ter tido a possibilidade de transformar nossa convivência numa fraterna amizade. Acompanhei os últimos anos de sua vida de brava luta contra a doença que lhe acometeu.

Era impressionante assistir, no dia-a-dia, a tenacidade e a disposição de Bardawill em continuar trabalhando, em continuar assinando sua coluna semanal da revista **IstoÉ**, em continuar pessoalmente visitando cada uma de suas fontes, cada um de seus amigos, ainda que com o auxílio de bengala, ainda que sofrido pelo tratamento que lhe era imposto.

Poucas vezes vi uma pessoa tão determinada a viver.

José Carlos Bardawill, totalmente lúcido até os seus últimos dias, fazendo uma análise sempre muito inteligente e muito clara do cenário político nacional, além de jornalista experiente, arguto, competente, sério e determinado, era um grande amigo. E além de grande jornalista e grande amigo, era um grande brasileiro, um homem que fazia da sua pena e do seu espaço na imprensa nacional uma constante luta por um outro país, um país mais justo, menos desigual.

Tive o privilégio, há pouco tempo, de recebê-lo em minha casa, num domingo à noite, com alguns outros jornalistas da revista **IstoÉ**. Bardawill já vinha se submetendo a um tratamento forte, mas mantinha sua lucidez de sempre, seu bom humor e seu inesgotável otimismo em relação ao País.

Registro aqui este pesar. José Carlos Bardawill vai fazer muita falta ao jornalismo brasileiro, à imprensa nacional. Quero registrar os nossos votos de condolências, de solidariedade à família, aos seus filhos de quem gostava tanto, e estender essa solidariedade e essas condolências à revista **IstoÉ**.

**O Sr. Elcio Alvares** – V. Ex<sup>a</sup> concede-me um aparte?

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Se me permite, Senador Jefferson Péres, que preside esta sessão, gostaria de ouvir o Senador Elcio Alvares.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres) – Neste apagar das luzes de uma sessão na qual não haverá mais oradores, Senador José Roberto Arruda, e considerando ainda o tema que V. Ex<sup>a</sup> aborda – o falecimento do jornalista Bardawill – vamos ser tolerantes e permitir o aparte do Senador Elcio Alvares.

**O Sr. Elcio Alvares** – Inicialmente, quero agradecer à Mesa a deferência da permissão do aparte. No momento em que o Senador José Roberto Arruda faz o registro do falecimento do jornalista José

Carlos Bardawill, sinto-me também, ditado por um impulso íntimo, no dever de prestar um pequeno depoimento a respeito de sua atuação. Quando cheguei aqui como Deputado, nos idos de 1970, encontrei Bardawill, bem moço, cheio de entusiasmo, participando com afinco de todo o processo de redemocratização do País. José Carlos Bardawill, na **IstoÉ**, apenas reiterou o que foi na **Veja** e em outros órgãos de comunicação. Na **IstoÉ** ele se alçou, inclusive, a um cargo de direção e fazia, com muita propriedade, uma página que eu considerava um modelo de jornalismo. Bardawill jamais fez concessões a qualquer notícia que não fosse verdadeira, tinha o prazer da notícia extraordinária, buscava os Senadores com uma insistência notável. Bardawill fazia, às vezes, quatro, cinco ligações em um mesmo dia para analisar a notícia. Sua busca de verdade era tão notável que a conversa, às vezes longa, não tinha sequer um registro, mas formava sua convicção a respeito dos fatos. Ele foi para todos nós, políticos, um exemplo de exercício de atividade profissional, de respeito ético. Bardawill jamais desmereceu qualquer posição que não fosse do fortalecimento deste Poder. Isso é fundamental. Ele sempre teve esse cuidado, sabia que o Poder Legislativo era fundamental à democracia e dava essa demonstração. A doença já o consumia de maneira inexorável e Bardawill nos passava uma lição de vida. Abstraído o jornalista brilhante que foi, ilustrando com muita inteligência as páginas da **IstoÉ**, Bardawill era uma lição de vida para todos nós: sabia da sua doença, conhecia o seu desfecho, mas em momento algum perdeu a esperança de que pudesse, por meio de um tratamento, às vezes penoso, atingir o objetivo – a cura. E, no final, já me dizia: já não luto para ter a certeza de que vou vencer a doença, luto para levar os meus dias um pouco mais além. Homem pobre que era, precisou se submeter a uma cirurgia e várias pessoas participaram do episódio, sabendo que ele era um jornalista de uma integridade muito grande. José Carlos Bardawill conseguiu fazer a cirurgia que era seu objetivo. Após a cirurgia, inteligente, lendo muito a respeito da doença, compreendeu que seus dias representavam apenas uma etapa de esperança, porque inevitavelmente a doença o iria vencer, como aconteceu no dia de ontem. Neste momento, associo-me às homenagens prestadas ao grande jornalista pelo Senador José Roberto Arruda. Fui amigo pessoal de José Carlos Bardawill e tenho certeza que todo o Senado da República, principalmente aqueles que aqui estão há bastante tempo, sabem que Bardawill foi um exemplo de profissional correto e, acima de tudo, de um jornalista amante da verda-

de, que não fazia concessões para que a sua opinião, a sua verdadeira análise, não sofresse distorções da paixão ou de interesses outros que não fosse o interesse de homenagear a verdade. Estamos de luto, porque o jornalismo brasileiro perdeu um grande jornalista. Mas temos a convicção de que o exemplo de José Carlos Bardawill vai servir a todos os jornalistas da moderna geração como uma figura luminosa, estelar e, acima de tudo, respeitada pelos políticos brasileiros.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Agradeço à Mesa e ao Senador Elcio Alvares por esse aparte.

Finalmente, quero dizer que, além de surpreendido e triste com o falecimento de Bardawill, estando fora de Brasília, não compareci à sua solenidade de despedida. Isso me entristeceu mais ainda. Fiquei mais triste quando me lembrei que, na quarta-feira passada, recebi um chamado telefônico de Bardawill e que, devido às nossas correrias do Senado, não retornei à sua ligação. Portanto, perdi a oportunidade de falar com meu amigo Bardawill uma última vez.

Mas é importante registrar aqui que nós, Senador Elcio Alvares, eu e tantos outros, perdemos um amigo. O Senado perdeu um jornalista político competente, que, por muitas vezes, no cafezinho, trocou idéias com a gente de forma tão lúcida e correta. A revista *IstoÉ* perde um grande profissional; a imprensa brasileira perde um grande jornalista; o País perde um grande analista da cena política. Mas é claro que é à sua família que dedicamos as nossas mais vivas condolências.

Fico pensando que, neste momento, provavelmente, o Bardawill, bem humorado que era, deve ser o único a saber como vão terminar estes dias políticos que estamos vivendo. A consolação é que ele não vai poder publicar, mas tenho certeza – eu, que acredito em frequências acima da inteligência humana – de que Bardawill está se deliciando com o fim desses episódios políticos que nós, comuns mortais, não sabemos exatamente como vão terminar. Ele já sabe, mas, em compensação, não poderá publicá-los.

Ao meu amigo Bardawill, o nosso derradeiro abraço; ao nosso jornalista Bardawill, a nossa eterna saudade.

**O Sr. Eduardo Suplicy** – Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte no mesmo sentido?

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres) – Senador Eduardo Suplicy, peço-lhe que seja breve, porque fui tolerante, tendo em vista o final da sessão. De qualquer modo, apelo a V. Ex<sup>a</sup> para que seja breve.

**O Sr. Eduardo Suplicy** – Apenas quero solidarizar-me, nesta homenagem, a todos aqueles que, como o Senador José Roberto Arruda e outros que

já se pronunciaram, externaram o pesar à família do jornalista José Carlos Bardawill, que sempre soube dignificar o exercício da sua profissão, como jornalista na *IstoÉ* e em outros órgãos da imprensa brasileira.

Tratava-se de um dos jornalistas mais bem informados e que melhor procurava realizar sua profissão. Portanto, em nome do Partido dos Trabalhadores, também externamos as nossas condolências à família, e nossas homenagens a ele, que enfrentou com coragem e exemplarmente a doença que o acometeu.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às quatorze horas e trinta minutos, a seguinte

### ORDEM DO DIA

– 1 –

#### REQUERIMENTO Nº 1.166, DE 1996

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.166, de 1996, do Senador Flaviano Melo, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 41, de 1996, de sua autoria, que introduz alterações na Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

– 2 –

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 58, DE 1996

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1996 (nº 693/95, na Casa de origem), que dispõe sobre a jornada de trabalho de Médico, Médico de Saúde Pública, Médico do Trabalho e Médico Veterinário, da Administração Pública Federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais, e dá outras providências, tendo

Pareceres sob nºs 564 e 674, de 1996, da Comissão

- de Constituição, Justiça e Cidadania: **1º pronunciamento:** favorável; **2º pronunciamento** (sobre a emenda oferecida perante a Mesa): favorável.

– 3 –

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 1995

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o

Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1995)

Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 1995 (nº 1.164/91, na Casa de origem), de iniciativa do Presi-

dente da República, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

(Dependendo de pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais)

- 4 -

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 164, DE 1995**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. nº 172, I, do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 1995)

Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1995, de autoria do Senador José Bianco, que altera os arts. 27 e 34 da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.

(Dependendo de pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais)

**O SR. PRESIDENTE** ( Jefferson Péres) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h30min.)

**ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 18, DE 1997**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o que consta do processo nº 000.468/97-5, resolve nomear **MARIA AUXILIADORA DIAS**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Secretaria.

Senado Federal, 13 de janeiro de 1997. – **Agaciel da Silva Mala**, Diretor-Geral.

**MESA**

Presidente

José Samey – PMDB – AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário

Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário

Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário

Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário

Emandes Amorim – PMDB – RO

Suplentes de Secretário

Antônio Carlos Valadares – PSB – SE

Eduardo Suplicy – PT – SP

Ney Suassuna – PMDB – PB

Emília Fernandes – PTB – RS

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR****Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PSL – SP

**Corregedores – Substitutos**

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Holanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Omelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – PT – DF

**LIDERANÇA DO GOVERNO**

Líder

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Wilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

**LIDERANÇA DO PMDB**

Líder

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

**LIDERANÇA DO PFL**

Líder

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Holanda

Romero Jucá

**LIDERANÇA DO PSDB**

Líder

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

**LIDERANÇA DO PPB**

Líder

Epitácio Cafeteira

**LIDERANÇA DO PT**

Líder

José Eduardo Dutra

Vice-Líder

Benedita da Silva

**LIDERANÇA DO PTB**

Líder

Valmir Campelo

**LIDERANÇA DO PDT**

Líder

Júnia Marise

Vice-Líder

Sebastião Rocha

**LIDERANÇA DO PSB**

Líder

Ademir Andrade

**LIDERANÇA DO PPS**

Líder

Roberto Freire

**LIDERANÇA DO PSL**

Líder

Romeu Tuma

## CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

**Presidente:** Casildo Maldaner – PMDB – SC

**Vice-Presidente:** José Alves – PFL – SE

(Eleitos em 28-2-96)

### Titulares

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Elcio Alves
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. Lúcio Alcântara
2. (vago)

1. Epitácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Emília Fernandes

1. Osmar Dias

1. Marina Silva

1. Darcy Ribeiro

### PMDB

### PFL

### PSDB

### PPB (ex-PPR + ex-PP)

### PTB

### PP

### PT

### PDT

### Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

### Suplentes

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

1. Lucídio Portella
2. Antônio Carlos Valadares (PSB)

1. Arlindo Porto

1. Antônio Carlos Valadares

1. Lauro Campos

1. Sebastião Rocha

## **SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

### **SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)  
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)  
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)  
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

### **SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS**

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPTÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)  
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)  
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)  
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)  
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)  
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

### **SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES**

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)  
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)  
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)  
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)  
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)  
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)  
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: VAGO

(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTES	
<b>PMDB</b>			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-SILVA JÚNIOR	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6- HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-VAGO	
<b>PFL</b>			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/70	4-EDISON LOBÃO	MA-2311/17
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	7-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
<b>PSDB</b>			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
<b>PPB</b>			
ESPIRIDIANO AMIN	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
<b>PT</b>			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPPLY	SP-3213/15	2- VAGO	
<b>PTB</b>			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
<b>PDT</b>			
JUNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
<b>PSB</b>			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255  
FAX: 311-4344

**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS

VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON

(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
<b>PMDB</b>			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
SILVA JÚNIOR	PB-2421/27	5-VAGO	
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
VAGO		9-VAGO	
<b>PFL</b>			
ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2411/12	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/72	5-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	7-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
VAGO		8-VAGO	
<b>PSDB</b>			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
OSMAR DIAS	PR-2121/22	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
<b>PPB</b>			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	1-EPITÁCIO CAFFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77	2-ESPIRIDIANO AMIN	SC-4206/07
<b>PT</b>			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
<b>PTB</b>			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
<b>PDT</b>			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
<b>PSB</b>			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-VAGO	

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ  
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359  
FAX: 311-3652

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE  
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA  
(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

## TITULARES

## SUPLENTE

**PMDB**

IRIS REZENDE	G0-2031/37	1- VAGO	
SILVA JÚNIOR	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6-HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	7-VAGO	

**PFL**

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-FREITAS NETO	PI-2131/37

**PSDB**

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87	4-VAGO	

**PPB**

ESPIRIDIAO AMIN	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
-----------------	------------	----------------------	------------

**PT**

JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
--------------------	------------	---------------------	------------

**PTB**

REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
------------------	------------	--------------------------	------------

**PDT**

DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52
---------------	------------	----------------	------------

**PSB**

ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
----------------------	------------	------------------	------------

**PPS / PSL**

ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57		

\*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541  
FAX: 311- 4315

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
**PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO**  
**VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES**  
**(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)**

TITULARES		SUPLENTE	
<b>PMDB</b>			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
IRIS REZENDE	GO-2031/32	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
JADER BARBALHO	PA-2441/42	5-VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378
VAGO		8-VAGO	
<b>PFL</b>			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/70
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
<b>PSDB</b>			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LUCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	4-OSMAR DIAS	PR-2121/27
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-VAGO	
<b>PPB</b>			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ESPIRIDIANO AMIN	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72
<b>PT</b>			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
<b>PTB</b>			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22
<b>PDT</b>			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
<b>PSB</b>			
VAGO		1-VAGO	

\*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.

SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC**

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(17 TITULARES E 09 SUPLENTE(S))

TITULARES		SUPLENTE(S)	
<b>PMDB</b>			
RAMEZ TEBET	MS-22 23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	3-VAGO	
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
<b>PFL</b>			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
<b>PSDB</b>			
CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393		
<b>PPB</b>			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72
<b>PT</b>			
EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
<b>PTB</b>			
JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
<b>PDT</b>			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
<b>PSB / PPS</b>			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04		

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS  
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIÁ DE ABREU  
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO  
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254  
FAX: 311-1060

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
<b>PMDB</b>			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-VAGO	
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	
<b>PFL</b>			
FREITAS NETO	PI-2131/2132	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199	6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
<b>PSDB</b>			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-GERALDO MELO	RN-2371/2377
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012	3-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
VAGO		4-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
<b>PPB</b>			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/2077
<b>PDT</b>			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
<b>PTB</b>			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
<b>PT</b>			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
<b>PSB</b>			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
<b>PPS / PSL</b>			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-ROMEU TUMA	SP-2051/2057

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE  
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)  
FAX: 311-3286

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
<b>PMDB</b>			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47	3-SILVA JÚNIOR	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/22
<b>PFL</b>			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	2-FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
<b>PSDB</b>			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
<b>PPB</b>			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-3055/57
<b>PT</b>			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
<b>PTB</b>			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
<b>PDT</b>			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
<b>PSB / PPS</b>			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

\*1 - ROMEU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367  
FAX: 311-3546

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL  
(SEÇÃO BRASILEIRA)  
(Designada em 25-4-95)**

**Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN**

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER

Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO

Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

**SENADORES**

Titulares		Suplentes
	<b>PMDB</b>	
José Fogaça Casildo Maldaner		Marluce Pinto <sup>1</sup> Roberto Requião
	<b>PFL</b>	
Vilson Kleinübing Romero Jucá		Joel de Hollanda Júlio Campos
	<b>PSDB</b>	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	<b>PPB</b>	
Esperidião Amin		
	<b>PTB</b>	
Emília Fernandes		

1 Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95.

2 Filiado ao PSDB em 22-6-95.

3. Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95

4. Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1º-2-96

Osmar Dias <sup>2</sup>	<b>PP</b>	
	<b>PT</b>	Benedita da Silva Eduardo Suplicy Lauro Campos

**DEPUTADOS**

Titulares		Suplentes
	<b>Bloco Parlamentar PFL/PTB</b>	
Luciano Pizzatto Paulo Bornhausen		Antônio Ueno José Carlos Vieira
	<b>PMDB</b>	
Paulo Ritzel Valdir Colatto		Elias Abrahão Rivaldo Macari
	<b>PSDB</b>	
Franco Montoro		Yeda Crusius
	<b>PPB</b>	
Fetter Júnior <sup>3 4</sup>		João Pizzolatti
	<b>PP</b>	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	<b>PT</b>	
Miguel Rossetto		Luiz Mainardi

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**

## **Novas publicações**

### **CANUDOS E OUTROS TEMAS (RS 10,00)**

Euclides da Cunha.

Edição de 1994 comemorativa dos 90 anos de publicação de *Os Sertões*.

### **CONSTITUIÇÃO DE 1988 (RS 5,00)**

Edição atualizada em 1995 contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

### **CONSTITUTION DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL / CONSTITUTION OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL (RS 5,00)**

Tradução para o francês de Jacques Villemain e Jean-François Cleaver (Tradutor do Senado Federal) da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

Tradução para o inglês de Istvan Vajda, Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres e Vanira Tavares de Souza, tradutores dos Senado Federal, da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

### **ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (RS 5,00)**

Edição de 1995.

Lei nº 8.069 e as alterações da Lei nº 8.242 e Legislação Correlata.

### **GUIA DAS ELEIÇÕES DE 1994 (RS 3,00)**

Edição de 1994.

Comentários à Lei nº 8.713/93 e informações complementares.

### **LEGISLAÇÃO INDIGENISTA (RS 5,00)**

Edição de 1993.

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

### **LICITAÇÕES, CONCESSÕES E PERMISSÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (RS 5,00)**

Edição de 1995.

Leis 8.666/93, 8.883/94, 8.987/95, texto da Constituição federal sobre matéria e Legislação Complementar.

### **RELATORIA DA REVISÃO CONSTITUCIONAL (RS 45,00 a coleção)**

Edição de 1994.

Série com 03 volumes - Pareceres produzidos (histórico)

### **REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR (RS 5,00)**

Edição de 1995.

Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e Legislação Complementar.

**Pedidos à**

**Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III CEP 70165-900. Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357**

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 126 · abril/junho – 1995

**Leia neste número:**

Uma visão crítica do Direito – André Franco Montoro

Processo orçamentário federal: problemas, causas e indicativos de solução – Osvaldo Maldonado Sanches

Expropriação dos bens utilizados para fins de tráfico ilícito de entorpecentes – Edilson Pereira Nobre Júnior

Ministério Público do Trabalho: prerrogativas do ofício são comunicáveis à sua atuação como parte? –

José Pitas

Barreira legal nos sistemas eleitorais proporcionais – Ricardo Rodrigues

A imunidade dos fundos de pensão e o mercado de capitais – Arnold Wald

Pena sem prisão: prestação de serviços à comunidade – Fernando da Costa Tourinho Neto

O recurso especial e as decisões interlocutórias desafiadoras por agravo de instrumento – Demócrito

Ramos Reinaldo

Consulta e parecer – René Ariel Dotti

A exoneração tributária dos aposentados e pensionistas – Osvaldo Othon de Pontes Saraiva Filho

Evolução do Direito Constitucional brasileiro e o controle de constitucionalidade da lei – Gilmar Ferreiral

Mendes

Considerações acerca da constitucionalidade na expedição de medidas provisórias versando matéria

orçamentária pública (Nota técnica nº 1/95) – Robison Gonçalves de Castro

Requisitos par Ministro e Conselheiro de Tribunal de Contas – Jorge Ulisses Jacoby Fenandes

Os princípios informadores do contrato de compra e venda internacional na Convenção de Viena de

1980 – Judith Martins-Costa

A defesa da concorrência no Mercosul – José Matias Pereira

Ônus sucumbenciais. Situações controvertidas. – Élio Wanderley de Siqueira Filho

Das Disposições Constitucionais Transitórias (uma redução teórica) – Ivo Dantas

Notas sobre a exegese do artigo 102, I, n, da Constituição Federal – Antônio Vital Ramos de Vasconcelos

O civilista Arnoldo Wald – Fernando Whitaker da Cunha

Derecho penal como tecnologia social (Notas sobre las contradicciones del sistem penal) – Juan Marcos

Rivero Sanchez

Da codificação à lei civil brasileira – Fernando Braga

O direito eleitoral português – Jorge Miranda

Licitação: pontos polêmicos – Toshio Mukai

A intervenção do Estado brasileiro e a política oligárquica na república velha – Maria Elizabeth Guima-

rães Teixeira Rocha

Biblioteca e constituição – Sueli Angelica do Amaral

O princípio da responsabilidade objetiva do Estado e a teoria do risco administrativo – Heleno Taveira

Torres

A legitimação do Parlamento para função fiscal – Iris Eliete Teixeira Neves de Pinho Tavares

Liderança: uma nova visão – Tânia Mara Botelho

Agamennon Magalhães. O estadista do social, o administrador, o pensamento político – Jarbas Maranhão

Da Jurisprudência como ciência compreensiva. A dialética do compreender mediante o interpretar –

Miracy Barbosa de Sousa Gustin

---

**ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA**

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome: .....

Endereço: .....

Cidade: ..... UF: ..... Telefone: ..... Fax: ..... Telex: .....

Data: ..... Assinatura: .....

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**

**REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA**  
nº 127 · julho/setembro – 1995

**Leia neste número:**

- Direitos e garantias fundamentais – Josaphat Marinho  
A introdução da Lex Mercatoria no Brasil e a criação de uma nova dogmática – Arnaldo Wald  
Justiça Militar: por que sim e por que não? Competência – Álvaro Lazzarini  
A Constituição e a educação brasileira – Edivaldo M. Boaventura  
A função judicante do Poder Legislativo no Brasil – Paulo Lopo Saraiva  
Direito à moradia – Sérgio Sérvulo da Cunha  
Dos efeitos da falência decretada no estrangeiro – Edilson Pereira Nobre Júnior  
Apropriação indébita em matéria tributária – Carlos Alberto da Costa Dias  
A incidência da Cofins sobre o faturamento de empresas de incorporação de venda de imóveis – Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho  
A união estável e a Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994 – Otto Eduardo Vizeu Gil  
Defesa de direitos coletivos e defesa coletiva de direitos – Teori Albino Zavascki  
Revisão do decênio da Reforma Penal (1985-1995). Considerações sobre a “Execução Provisória da Sentença Penal” – Maurício Kuehne  
A contribuição da Justiça Eleitoral para o aperfeiçoamento da democracia – José Augusto Delgado  
Uma leitura jurídica da prostituição infantil – Josiane Rose Petry Veronese  
Contratação direta: dispensa de licitação com base no art. 24, inc. VIII, da Lei nº 8.666/93 – Jorge Ulisses J. Fernandes  
Empresa agrária e estabelecimento agrário – Fábio Maria de-Mattia  
Neoliberalismo e desadministrativização – Gladston Mamede  
Prestação de contas – instrumento de transparência da Administração – Flávio Sátiro Fernandes  
Regimes de concorrência e políticas de concorrência na América Latina: o caso do Mercosul – José Matias Pereira  
A evolução jurisprudencial dos sistemas regionais internacionais de proteção aos direitos humanos – Jete Jane Fiorati  
Contribuições sociais: a certidão positiva de débito com efeito de negativa em face do § 3º do art. 195 da Constituição Federal – Fabiana de Menezes Soares  
Invalidação “ex officio” dos atos administrativos pelo juiz – José Américo A. Costa  
A discricionariedade administrativa e o controle judicial de seus limites – Amandino Teixeira Nunes Júnior  
O contrato com cláusula de risco para exploração de petróleo no Brasil – Thadeu Andrade da Cunha  
A Corte Internacional de Justiça e o caso Estados Unidos - Nicarágua – Fredys Orlando Sorto  
Lei sobre o Tribunal Constitucional Federal Alemão. (Lei do Tribunal Constitucional Federal) – Luis Afonso Heck  
IX Congresso Latino-Americano de Direito Romano (Jalapa-México). Romanismo e indigenismo dos juristas latino-americanos – Sílvio Meira  
A Responsabilidade do Estado-Juiz – Rogério Marinho Leite Chaves  
Da correção monetária dos débitos judiciais trabalhistas – José Pitas

**ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA**

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome: .....  
Endereço: .....  
Cidade: ..... UF: ..... Telefone: ..... Fax: ..... Telex: .....  
Data: ..... Assinatura: .....

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

## PREÇO DE ASSINATURA

### SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte .....	RS 31,00
Porte do Correio .....	RS 96,60
Assinatura c/porte	RS 127,60 (cada)
Valor do número avulso	RS 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

## CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF  
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.

**CENTRO GRÁFICO  
DO SENADO FEDERAL**



**A N O S**  
1963 1996

**IMPRIMINDO A HISTÓRIA  
DO CONGRESSO NACIONAL**

**EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS**